



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**ANDREIA ISABEL DE PÁDUA**

**A INVISIBILIDADE DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM  
SITUAÇÃO DE RUA: UM ESTUDO SOBRE A REALIDADE DO  
DISTRITO FEDERAL**

**BRASÍLIA – DF**

**2014**

**ANDREIA ISABEL DE PÁDUA**

**A INVISIBILIDADE DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM  
SITUAÇÃO DE RUA: UM ESTUDO SOBRE A REALIDADE DO  
DISTRITO FEDERAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento de Serviço Social da  
Universidade de Brasília como requisito parcial  
para a obtenção do título de bacharel em  
Serviço Social.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Daniela Neves**

**BRASÍLIA – DF**

**2014**

**ANDREIA ISABEL DE PÁDUA**

**A INVISIBILIDADE DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM  
SITUAÇÃO DE RUA: UM ESTUDO SOBRE A REALIDADE DO  
DISTRITO FEDERAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento de Serviço Social da  
Universidade de Brasília como requisito parcial  
para a obtenção do título de bacharel em  
Serviço Social.**

**Data da aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Daniela Neves**  
**Departamento de Serviço Social SER/IH/UnB**  
**Orientadora**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Lúcia Pinto Leal**  
**Departamento de Serviço Social SER/IH/UnB**  
**Membro Interno**

---

**Prof.<sup>a</sup> Ma. Priscilla Maia de Andrade**  
**Departamento de Serviço Social SER/IH/UnB**  
**Membro Interno**

**BRASÍLIA – DF**  
**2014**

*Aos meus pais, Maria Isabel da Conceição Pádua e Paulo Lopes de Pádua. À minha avó, Isabel Ana da Conceição, que não pôde esperar para ver esse momento, mas sei que sempre esteve comigo.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, pois é Nele que encontro forças para lutar todos os dias e sei que Ele está comigo em todos os momentos, me ajudando a seguir em frente, não desistire conquistar meus objetivos.

Agradeço à minha família, minha mãe, Maria, e meu pai, Paulo, que, apesar das dificuldades, sempre se esforçaram para que nunca me faltasse nada e me deram base para chegar onde cheguei, foram e são meu porto-seguro e com sua simplicidade e humildade me ensinaram a lutar pelos meus sonhos, por mais difícil que fosse. À Minha irmã Aline que, do jeito dela, sei que sempre torceu por mim.

Agradeço às amigas, aos amigos e a todas as pessoas que contribuíram diretamente para a construção e concretização desse trabalho, que dedicaram um pouquinho do seu tempo para me ajudar, seja com a indicação de um texto, emprestando um livro, conversando sobre o assunto, compartilhando conhecimentos, ou sobre as minhas angústias, lendo e revisando o que escrevi, fazendo correções estruturais: Árina, Elisa, Júlio, Marcus, Rayanne, Rafaela, Mônica, Janaína, Ágatha, Matheus, Paola, Bruno, Ana, Renato e Jaísa. Às pessoas que se disponibilizaram a participar das entrevistas, à representante do MNPR e aos profissionais da equipe de abordagem social e da UNACAS.

Agradeço às amigas e amigos da vida que sempre me fortalecem e estão ao meu lado, essenciais para a realização dos meus sonhos e conquistas dos meus objetivos, em especial: Juliana, Tayla, Tampa, Ingrid, Bianca e Geysy.

Aos colegas de curso, às professoras e professores, que participaram desse percurso de graduação no qual foi possível crescer, desenvolver criticidade e intensificar a vontade de lutar por "um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres" (LUXEMBURGO, Rosa). Dentre os colegas, agradeço em especial à Júlia que todas as vezes que eu precisei apresentar trabalhos, sentava na minha frente e me passava a segurança que precisava para conseguir falar.

À minha orientadora, Daniela Neves, que acreditou no meu potencial e aceitou o desafio de falar de um assunto que não está especificamente na sua área de atuação. Agradeço à sua disponibilidade, compreensão e ensinamentos passados durante o processo de construção desse trabalho.

Agradeço a todos que acreditaram em mim e me deram forças para conquistar essa vitória, pois cada palavra de apoio, abraço, energia boa... cada olhar de incentivo fez a diferença.

*“É preciso ter pra ser ou não ser?  
Eis a questão”*

**Fernando Anitelli**

## **RESUMO**

Este trabalho teve por objetivo analisar as políticas e serviços sociais públicos voltados às crianças e adolescentes em situação de rua no Distrito Federal, investigar se há garantia dos seus direitos fundamentais e como se dá essa garantia. Foi feita uma pesquisa qualitativa por meio de revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com uma representante do Movimento Nacional de População em Situação de Rua e com profissionais que atuam com esses sujeitos. A análise das pesquisas feitas anteriormente e das entrevistas realizadas permitiu concluir que as crianças e adolescentes em situação de rua no DF encontram enormes dificuldades para acessar os serviços e políticas sociais públicas, o que nos permite afirmar que eles não têm seus direitos fundamentais garantidos.

**Palavras-chave:** Crianças. Adolescentes. Invisibilidade. Direitos Fundamentais. População em Situação de Rua.

## **ABSTRACT**

The present study had the objective of analysing the policies and public social services for children and adolescents in street situation (homelessness) in the Distrito Federal, and investigate if there is guarantee of their fundamental rights and how to give that assurance. A qualitative investigation was made by bibliographic review and semi-structured interviews with a representative from Movimento Nacional de População em Situação de Rua and professionals that act with these individuals. The analysis of the previously researches done and the interviews allowed to concluded that that children and adolescents living on the streets in Distrito Federal finds enormous difficulties in accessing public services and public social policies, which allows us to affirm that they do not have their fundamental rights guaranteed.

**Keywords:** Children. Adolescents. Invisibility. Fundamental Rights. Homeless Population.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Albercon – Albergue Conviver

CIMOS- Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social

CNDDH/PSR/CMR – Centro de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos

CONANDA – Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

DF – Distrito Federal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

GDF – Governo do Distrito Federal

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

MNPR – Movimento Nacional de População em Situação de Rua

MP/MG - Ministério Público de Minas Gerais

NUAPS – Núcleo de Apoio Psicossocial

NUASO – Núcleo Especializado em Abordagem Social

PPR - Pastoral Nacional do Povo da Rua

SEAS – Serviço Especializado de Abordagem Social

SEDEST – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda

SGD – Sistema de Garantia de Direitos

SDH – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Sipia – Sistema de Informação para Infância e Adolescência

SIV/Solo – Serviço Integrado de Vigilância do Solo

UnB – Universidade de Brasília

UNAC – Unidade de Acolhimento

UNACAS – Unidade de Acolhimento das Crianças e Adolescentes

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1: Crianças e Adolescentes: menores ou sujeitos de direito?.....</b>	<b>13</b>
1.1 –Crianças e Adolescentes: do Código de Menores ao Estatuto da Criança e do Adolescente .....	13
1.1.1 - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua .....	17
1.2 – Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente .....	18
1.3 – As Políticas Públicas voltadas para a Criança e o Adolescente .....	21
<b>Capítulo 2: População em Situação de Rua.....</b>	<b>26</b>
2.1 –Quem é a população em situação de rua no Brasil?.....	26
2.2– Política Nacional para População em Situação de Rua .....	29
2.3 – Movimento Nacional de População em Situação de Rua .....	31
2.4 –População em Situação de Rua do Distrito Federal .....	33
<b>Capítulo 3: Crianças e Adolescentes em Situação de Rua.....</b>	<b>37</b>
3.1 –Soma de Vulnerabilidades .....	37
3.2 – A capital da desigualdade social .....	39
3.3– Invisibilidade: a realidade das crianças e adolescentes em situação de rua .....	42
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>50</b>
<b>Referências.....</b>	<b>52</b>
<b>Apêndices.....</b>	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho analisou as políticas e serviços sociais direcionados às crianças e adolescentes em situação de rua, verificando se estes garantem seus direitos fundamentais. O interesse pelo tema surgiu após assistir o documentário “Ônibus 174”, dirigido por José Padilha (2002), e pelos conteúdos desenvolvidos na disciplina “Infância, Adolescência e Cidadania” que proporcionaram um olhar diferenciado para as crianças e adolescentes em situação de rua.

O Brasil possui desigualdades sociais enormes que são percebidas cotidianamente em todo país, e as crianças e adolescentes não estão ilesos das consequências dessas desigualdades. O Distrito Federal é um dos locais onde pode se perceber o quanto essas disparidades são gritantes. Em Brasília, onde as grandes decisões políticas são tomadas, é possível ver o contraste entre os prédios luxuosos e pessoas sobrevivendo em condições precárias. Em meio aos ministérios, sob a vista dos políticos e da sociedade, há uma determinada população “invisível” - as crianças e adolescentes em situação de rua.

Embora os direitos fundamentais das crianças e adolescentes estejam garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), vê-se, no caso das crianças e adolescentes em situação de rua, uma constante violação desses direitos. São milhares de crianças sobrevivendo em situações precárias e, muitas vezes, desumanas nas ruas de todo o país. Dessa forma, este trabalho tem a finalidade de contribuir para que as políticas e serviços destinados às crianças e adolescentes em situação de rua sejam aperfeiçoadas de acordo com as suas demandas, visualizando suas peculiaridades e o contexto em que estão envolvidas.

Para alcançar o objetivo almejado foi feita uma pesquisa qualitativa por meio de revisão bibliográfica de pesquisas realizadas anteriormente relacionadas à temática e entrevistas semiestruturadas com uma representante do Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR), dois profissionais da abordagem social, realizada pela Casa Santo André, e uma educadora social de rua da Unidade de Acolhimento Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (UNACAS). A princípio as entrevistas seriam realizadas com as crianças e adolescentes em situação de rua, porém não foi viável, pois demandaria mais tempo para criar um vínculo de confiança necessário para conseguir as informações. Sendo assim, a opção escolhida foi entrevistar uma representante do MNPR e profissionais que atuam com esses sujeitos, tendo em vista que estes tem contato direto com os indivíduos alvos desse trabalho. Além disso, o seu posicionamento diante das condições das crianças e adolescentes em situação de rua interfere diretamente nos avanços e retrocessos relacionados

aos serviços direcionados a esse público. A intenção inicial era fazer as entrevistas em algumas das instituições localizadas no Edifício Turing, ao lado da Rodoviária do Plano Piloto, porém as instituições foram retiradas do local que se tornou um terminal de ônibus. Tal fato trouxe a necessidade de se procurar outras instituições, o que atrasou a pesquisa, pois ao perguntar em outras instituições da rede, não sabiam informar ao certo onde encontrar instituições que trabalham com crianças e adolescentes em situação de rua.

Este trabalho buscou analisar se as políticas e serviços sociais públicos proporcionam, efetivamente, a garantia dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes em situação de rua, e como se dá essa garantia. Para melhor sistematizar as informações, o trabalho foi dividido em três capítulos: o primeiro intitulado “Crianças e Adolescentes: menores ou sujeitos de direito?” que trata do processo histórico e teórico de constituição dos direitos de crianças e adolescentes; o segundo “População em Situação de Rua”, analisou a formação da população em situação de rua no Brasil e no DF, suas especificidades e organização no MNPR; e o terceiro “Crianças e Adolescentes em Situação de Rua”, investigou a relação entre as políticas e serviços públicos e a realidade das crianças e adolescentes em situação de rua. “O ser humano é um. Privá-lo de alguns de seus direitos fundamentais equivale a negá-los em sua totalidade” (Badinter *apud* SALES, 2007, p.43).

## **Capítulo 1: Crianças e Adolescentes: menores ou sujeitos de direito?**

### **1.1 – Crianças e Adolescentes: do Código de Menores ao Estatuto da Criança e do Adolescente**

Entre 1500 e meados de 1800, a relação com crianças e adolescentes estava vinculada à soberania paterna associada ao caritativismo religioso. Nesse período as crianças e adolescentes estavam sob total responsabilidade de suas famílias e não havia intervenção do Estado brasileiro nessa relação. A ação caritativa estava voltada para as crianças necessitadas, era baseada em uma concepção mística de criança, fundamentada na religião e a legislação era baseada na soberania paterna. Um dos mecanismos utilizados nessa época era a roda dos expostos.<sup>1</sup> A questão social era tratada como caso de polícia ou como espaço para iniciativas caritativas e filantrópicas de cunho higienista, moralizante e disciplinador (ALMEIDA *et al.*, 2008).

Até meados do século XII, as crianças eram vistas como adultos em miniatura, e assim eram representadas nas artes também. Havia um conflito entre opiniões religiosas e laicas a respeito da criança, conflito que durou séculos. A partir do século XVII, as crianças passam a ser consideradas como “distração” da família, até por volta dos sete anos e depois eram incorporadas ao mundo adulto. As meninas começavam a aprender os afazeres domésticos, se preparando para o casamento, que ocorria bem cedo, por volta dos 11 ou 12 anos. Uma mudança significativa acontece com a revalorização da educação, que estava intimamente ligada com a religião, o que possibilita que o período da infância durasse enquanto a criança estivesse na escola, porém não eram todas as crianças que tinham acesso à escola.

No Brasil, a roda dos expostos foi o único procedimento de assistência à criança abandonada por muito tempo, durou desde a época de colônia até a República, sendo extinta apenas na década de 1950. A roda dos expostos estava vinculada à Igreja Católica e funcionava da seguinte forma: o expositor colocava a criança na roda e fazia com que a roda se movimentasse levando a criança para dentro da instituição, depois tocava o sino para que soubessem que havia uma criança chegando. Dessa maneira era garantido o anonimato do expositor, o que poderia estimulá-lo a deixar a criança na roda ao invés de abandoná-la na rua.

No período que abrange de 1850 a 1970, marcado pela corrente filantrópica, surge a primeira matriz de proteção jurídico-social com a ideia de que o Estado tem o dever de

---

<sup>1</sup> Roda dos expostos era um mecanismo constituído de uma roda que ficava na entrada de instituições religiosas, nas quais o indivíduo colocava a criança e girava a roda fazendo com que a criança fosse para dentro da instituição. Tal mecanismo garantia o anonimato da pessoa que abandonou a criança.

assegurar o bem-estar da criança e do adolescente como indivíduos independentes de suas famílias. Além disso, o Estado passa a regular as instituições que trabalhavam com pessoas destituídas, principalmente crianças, e especializar órgãos para prover cuidados às crianças. Havia uma diferenciação entre pobres úteis e inúteis (crianças e menores), o que resultou em dois tipos de instituições: uma para as crianças, filhas dos segmentos mais favorecidos da sociedade, em situação regular; e outra para o menor, crianças em situação irregular por estarem material, moral ou socialmente abandonadas. Assim se criou políticas, programas e atitudes sociais diferentes para cada uma dessas categorias. (Cf. DESLANDES *et al.*, 2009)

Nesse período, o Brasil organizou um sistema para a garantia do bem-estar da criança e do adolescente, no qual o judiciário atuava com as varas da família e com o juizado de menores. E o Executivo, entre 1940 e 1970, atuava com dois órgãos diferenciados: o Departamento Nacional da Criança, vinculado ao Ministério da Saúde e o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), ligado ao Ministério da Justiça. (Cf. DESLANDES *et al.*, 2009)

Durante muito tempo não houve uma separação entre a fase da infância e da adolescência. Este último teve seu conceito formulado apenas no século XX. E os conceitos que temos hoje são muito diferentes dos iniciais. O conceito de criança e adolescente sempre foi diferenciado de acordo com algumas características sociais e econômicas desses sujeitos. As crianças negras e pobres nunca tiveram os mesmos direitos que as crianças brancas de famílias com melhores condições de vida, foram e ainda são estigmatizadas, chamadas por nomes pejorativos e privadas de uma série de “coisas de criança”. Há uma história de preconceito, exploração e abandono, conseqüentemente há também uma divisão de classes entre as crianças (SANTOS, 2004, p.41). Houve uma evolução na situação das crianças e adolescentes, mas essa evolução ocorreu mais para a parte branca delas.

O primeiro Código de Menores, ou Código Mello Mattos, foi consolidado em 12 de outubro de 1927, e teve sua segunda versão em 1979. Ambos eram norteados pela visão “menorista” da criança e do adolescente, os quais eram vistos como “menor abandonado” ou “delinquentes”, sujeitos sem voz na sociedade. Tal Código trazia os problemas relacionados aos menores como algo individual, conseqüência, na maioria das vezes, de problemas estruturais de família, o que tirava totalmente a responsabilidade do Estado e culpabilizava o menor e sua família. Assim o Estado, através da institucionalização desses menores, cumpriria o papel de reintegrá-los a sociedade.

O Código de 1979 era regido pela doutrina da situação irregular. Em seu artigo 2º definia a situação irregular do menor:

I- Privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente em razão de:

- a) falta ação ou omissão dos pais ou responsável;
- b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsáveis provê-las;

II- Vítima de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável

III- Em perigo moral, devido a:

- a) encontra-se, de modo habitual em ambiente contrário aos bons costumes;
- b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV- Privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V- Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI- Autor de infração penal.

A nova versão do código de menores, não trouxe grandes inovações, praticamente não continha os direitos, basicamente, regulamentou as situações irregulares. Tinha uma visão da criança como objeto de intervenção jurídico estatal, com caráter punitivo e repressor, atuando com crianças que estavam em situações irregulares segundo a lei.

Entre as duas versões do código, na década de 1960, houve a criação do Sistema Nacional de Bem-Estar Nacional do Menor. Esse sistema era formado pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), responsável pela normatização da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, e pelas Fundações Estaduais do Bem-Estar do menor, responsáveis pela execução dessa política. Lei que foi extinta pelo ECA (DESLANDES *et al.*, 2009).

A partir da metade dos anos 1980, houve o rompimento com as categorias “menor carente”, “menor abandonado” e a inserção do conceito “crianças e adolescentes” vistos como sujeitos de direitos, começando assim uma visão de direitos da criança associados à ação emancipatória. Esse rompimento ocorre através de “uma nova forma de abordagem das questões relativas a crianças e adolescentes” (DESLANDES *et al.*, 2009, p.31). As crianças e adolescentes passam a ser sujeitos participantes de suas histórias, ter “vez e voz”, podendo intervir para mudar a sua condição social. A ação direcionada a eles deixa de ser uma questão de caridade e filantropia e transforma-se em questão política e pedagógica.

Coube aos militantes dos movimentos sociais, aos formuladores de políticas públicas, servidores do Estado, promotores e juízes engajados no movimento de alternativas comunitárias promoverem a ruptura do paradigma alternativista e construir o paradigma dos direitos da criança e do adolescente no país. (DESLANDES *et al.*, 2009, p. 31)

A consolidação do paradigma dos direitos das crianças e dos adolescentes aconteceu na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.



Consequentemente houve mudanças essenciais nas ações envolvendo crianças e adolescentes, o objetivo principal se tornou a construção de uma política de cidadania para crianças e adolescentes. As crianças e adolescentes estão sob a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado.

O ECA foi formulado em um momento de destaque de vários movimentos sociais que buscavam a democratização do Brasil e melhores condições de vida para a população. Nesse mesmo período ocorreu a convocação da Assembleia Constituinte para reelaborar a Constituição Federal. Dentre esses movimentos sociais um especificamente se dedicou as questões relacionadas à infância, no final de 1970. Um dos objetivos desse movimento era inscrever na Carta Magna Brasileira instrumentos jurídicos legais capazes de expandir a defesa dos direitos da criança. (Cf. DESLANDES *et al.*, 2009). Buscava-se possibilidades alternativas de mudar as condições das crianças no país, tomar alguma atitude que fosse capaz de enfrentar a “desumana, bárbara e violenta situação a que estava submetida a infância pobre no Brasil” (SANTOS *apud* DESLANDES *et al.*, 2009, p. 36).

Era necessário tomar atitudes que instigassem a sociedade civil a olhar para esses sujeitos e se envolver nas questões relacionadas às crianças e adolescentes. Buscar e cobrar soluções para a situação em que se encontravam, por meio do Estado.

Foram realizadas duas campanhas para que fossem assegurados os direitos das crianças e adolescentes na CF.: Criança e Constituinte, desenvolvida pelo Ministério da Educação em 1986, e Criança Prioridade Nacional, uma emenda popular, em 1987, que resultou em um abaixo-assinado com 250 mil assinaturas. Como consequência dessa campanha, criou-se, em março de 1988, o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (DCA), que se tornou o principal interlocutor da sociedade civil junto ao Congresso Nacional em assuntos relacionados às crianças e adolescentes. Além disso, essa movimentação conquistou a inclusão da emenda Criança Prioridade Nacional, quase integralmente, nos art. 227 e 228 da CF de 1988. (Cf. DESLANDES *et al.*, 2009)

Uma mudança já havia acontecido: essa era a primeira Constituição Brasileira a assegurar direitos específicos à criança e a considerá-la um ser em desenvolvimento. A partir de agora, a criança teria “prioridade absoluta” no cumprimento dos seus direitos. Outra mudança também se processara e já estava expressa no próprio título do Capítulo VII, “Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso”: o termo “menor” foi substituído por “crianças e adolescentes”, universalizando seus direitos independentemente de classe social a que pertençam. (DESLANDES *et al.*, 2009, 39)

É necessário reconhecer as conquistas inéditas alcançadas por meio da luta dos movimentos sociais alcançando a sociedade civil e o Estado, se disseminado por todo país. Foi o começo de mudanças de suma importância na área das crianças e adolescentes.

Em 1990 foi promulgada a Convenção sobre os Direitos da Criança, por meio do Decreto nº 99.710, de 21 de novembro. Teve como embasamento a Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada em 20 de novembro de 1959, que visa que

A criança tenha uma infância feliz e possa gozar, em seu próprio benefício e no da sociedade, os direitos e as liberdades aqui enunciados e apela a que os pais, os homens e as mulheres em sua qualidade de indivíduos, e as organizações voluntárias, as autoridades locais e os Governos nacionais reconheçam estes direitos e se empenhem pela sua observância mediante medidas legislativas e de outra natureza, progressivamente instituídas [...] (Declaração dos Direitos Universais da Criança, 1959)

A Convenção considera criança o indivíduo que ainda não alcançou a maioridade, no caso, com idade inferior a 18 anos.

De acordo com o artigo 2º do ECA há uma separação etária entre infância e adolescência, sendo considerada criança até doze anos incompletos de idade, e adolescente entre doze e dezoito anos. Estabelece casos excepcionais às pessoas entre dezoito e vinte e um anos.

Com a consolidação do ECA, surge uma nova concepção de crianças e adolescentes, há o rompimento com os conceitos “menoristas” e, a partir desse ponto, são considerados sujeitos de direitos. O ECA reconhece “a especificidade da criança e do adolescente como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e com direito à proteção especial devido à sua condição etária” (DESLANDES *et al.*, 2009, p.44). Propõe a proteção integral para todas as crianças e adolescentes, de forma que tenham a sua cidadania assegurada. Porém é necessário frisar que a concretização desse novo paradigma deve se dar, também, na execução dos serviços e políticas públicas destinadas a esse segmento, é uma construção cotidiana.

### **1.1.1 – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua**

A década de 1980 foi marcada pela presença de movimentos sociais, muitos deles com o objetivo de acabar com a ditadura. Esses movimentos deram uma alavancada também nas questões relacionadas aos direitos da criança e do adolescente e apoiaram o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), constituído oficialmente em 1985. O MNMMR se destacou bastante devido a sua proposta inovadora, na qual as crianças e adolescentes eram vistos como sujeitos capazes de entender e refletir sobre a sua realidade

social. A proposta consistia no “atendimento às crianças e adolescentes de forma diferenciada, no sentido de promover o empoderamento dos jovens moradores de rua para que percebessem que a realidade em que estavam inseridos não era natural, mas sim fruto de um sistema que a produz” (SOUZA, s.d, p.2).

Para isso, incentivou-se a aproximação e o contato entre os educadores e essas crianças e adolescentes dentro da realidade social em que estão inseridas, fato de extrema importância, pois dessa forma tem-se conhecimento e leva-se em consideração as peculiaridades e características desse segmento que não estão dentro do “padrão da sociedade”. Percebeu-se que as instituições que lidavam com crianças e adolescentes seguiam padrões que não se aplicavam às crianças e adolescentes em situação de rua. Foram desenvolvidos dois princípios importantes para guiar as ações direcionadas a esse segmento: a necessidade de trabalhar com eles no contexto em que estão inseridos e que deveriam ser sujeitos de sua história e pedagogia (SOUZA, s.d). Assim, o movimento foi ganhando espaço em vários estados e foi convidado a participar da elaboração da Constituição de 1988 e do ECA.

O MNMMR teve papel fundamental nos avanços alcançados na área da criança e do adolescente, trazendo maior visibilidade desses indivíduos que foram colocados a margem da sociedade, e a ideia de protagonismo desses sujeitos de direito, através da educação popular, possibilitando que sejam capazes de reconhecer e lutar por seus direitos.

O movimento conseguiu a inserção do artigo 227 da Constituição de 88, que diz

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (C.F., 1988)

O MNMMR teve como principais conquistas e participação na Constituição de 88 e a elaboração do ECA, grande marco no âmbito dos direitos da criança e do adolescente, resultando em avanços significativos nessa área. Porém é necessário que esses direitos sejam garantidos e efetivados universalmente.

## **1.2 – Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente**

Na compreensão de alguns autores, como Branco (2011), os direitos fundamentais estariam divididos em 3 gerações: a primeira relacionada aos direitos mencionados nas Revoluções francesas e americanas, ligados a direitos e liberdades individuais, sem grandes

preocupações com as desigualdades sociais e não estipulava obrigações para o Estado; a segunda geração traz os chamados direitos sociais, com destaque para o princípio da igualdade e as liberdades sociais, sendo resultado de reivindicações que exigiam maior envolvimento do Estado nas questões sociais, trazendo pontos como educação, saúde, assistência social, trabalho dentre outros; a terceira geração traz os direitos coletivos, que são direcionados aos grupos e não ao indivíduo isolado (BRANCO, 2011).

Com base em Branco (2011), os direitos fundamentais passam a ter uma posição de destaque, a partir do momento que há uma inversão na relação entre Estado e indivíduo, na qual é reconhecida a primazia do direito em detrimento do dever do indivíduo perante o Estado e que este deve se organizar de maneira que atenda às necessidades do cidadão. Ou seja, os direitos fundamentais são as respostas às necessidades fundamentais do ser humano, que possibilitam a dignidade humana. Porém esses direitos e necessidades são reflexos de determinado contexto e momento histórico. “Os direitos e garantias fundamentais, em sentido material, são, pois, pretensões que, em cada momento histórico, se descobrem a partir da perspectiva do valor da dignidade humanos” (BRANCO, 2011, p.159).

Os direitos fundamentais estão expressos no artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Estão divididos em três partes: individuais, civis e políticos; sociais, econômicos e culturais; e difusos e coletivos. São invioláveis e devem ser garantidos pelo Estado. Alexandre Guimarães Galvão Pinto, juiz de direito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), diz que “Os direitos fundamentais formam um núcleo da sociedade política que não pode ser violado, que tem como objetivo garantir a dignidade da pessoa humana e deve ser reconhecido formalmente e efetivado pelo Poder Público” (PINTO, 2009, s.p.).

Seguindo esse direcionamento do princípio da dignidade, também presente nas falas de Branco e Pinto, o ECA traz em seu artigo 3º que “as crianças e adolescentes usufruem de todos os direitos fundamentais da pessoa humana, sem danos à proteção integral que está garantida na lei, com o objetivo de garantir seu desenvolvimento mental, físico, moral, espiritual social, com liberdade e dignidade”. E em seu artigo 6º, destaca que “deve ser levada em consideração a peculiaridade da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento”.

Os direitos fundamentais da criança e do adolescente estabelecidos no ECA visam garantir uma vida com dignidade, levando em consideração as características próprias desse segmento. Os direitos fundamentais consolidados pelo ECA são:

I – Do direito à vida e à saúde

Segundo o capítulo II, artigo 7º do ECA “A criança e o adolescente tem o direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”.

Esse capítulo traz desde os direitos que a mãe possui durante a gestação, inclusive às mães que pretendem entregar seus filhos para adoção, os deveres do Estado quanto à assistência à gestante, até a garantia ao acesso à saúde para as crianças e adolescentes, através do Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo o atendimento especializado aos portadores de deficiência, a garantia de um responsável acompanhando em tempo integral em caso de internação dentre outros. Além disso, trata dos casos de suspeita de maus-tratos contra criança e adolescente.

## II – Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade

O artigo 15 traz seguinte “A criança e o adolescente têm direitos à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”.

A liberdade está relacionada ao direito de poder ir e vir; opinião e expressão; crença e culto religioso; brincar, praticar esportes e divertir-se; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; participar da vida política, na forma da lei; buscar refúgio, auxílio e orientação.

O direito ao respeito abrange a inviolabilidade da integridade física, moral e psíquica da criança e do adolescente. É dever de toda a sociedade proteger a dignidade das crianças e adolescentes.

## III - Direito à convivência familiar e comunitária

“Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de entorpecentes” (Capítulo III, Seção I, artigo 19, ECA, 1990). Aborda as famílias naturais e substitutivas, as questões de guarda, tutela e adoção.

## IV – Do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer

“A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...]” (Capítulo IV, ECA, 1990). As crianças e adolescentes tem direito à educação pública e gratuita, de forma que tenham condições que possibilitem sua permanência nas escolas. Para isso, o Estado deve levar em consideração as peculiaridades desse segmento para

proporcionar um sistema de educação de qualidade que seja capaz de abarcar as necessidades destes, contando com a participação da sociedade na elaboração das propostas educacionais.

Estabelece também a responsabilidade da família quanto à obrigação de matricular suas crianças e adolescentes nas escolas e acompanhar o seu desenvolvimento e permanência.

Percebe-se uma ênfase maior na educação, porém também aborda a necessidade da intervenção do Estado para que existam programações culturais, esportivas e de lazer para as crianças e adolescentes.

#### V – Do direito à profissionalização e à proteção no trabalho

Traz quais são os critérios para os adolescentes se inserirem no mercado de trabalho, como idade mínima, condições básicas, embasadas nas peculiaridades desse segmento, para que tal atividade não prejudique na escola.

Estabelecidos os direitos fundamentais da criança e do adolescente, o desafio maior está em garantir que esses direitos aconteçam e sejam universais. Devem abarcar todas as crianças e adolescentes independente de cor, classe social, sexo dentre outros. Para que isso ocorra é necessário que as políticas voltadas para esse segmento tenham caráter universal e não seletivo, nem excludente.

### 1.3– Crianças e Adolescentes e as Políticas Públicas

O ECA foi um marco na elaboração de políticas públicas, principalmente nas que são voltadas para crianças e adolescentes e trouxe grande contribuição para a concretização de um novo paradigma, “o paradigma de construção de um Estado de bem-estar provedor da universalização de direitos sociais” (ALMEIDA *et al.*, 2008, p.68). Acontece então a ruptura com o paradigma da “situação irregular” e a consolidação da Doutrina de Proteção Integral às Crianças e aos Adolescentes, fundamentada no princípio da Prioridade Absoluta, contido no artigo 227 da Constituição Federal Brasileira. Com isso, políticas setoriais como a da saúde, da educação, da assistência social dentre outras, são regulamentadas no mesmo marco legal.

Baseado na proteção integral, o ECA visa garantir os direitos fundamentais a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação. Além disso, em seus artigos 86 e 87, traz que a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será realizada através de ações articuladas, governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Suas linhas de ação são: políticas sociais básicas; políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem; serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de

negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos; proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente; políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar de crianças e adolescentes; campanhas de estímulo ao acolhimento sob a forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos(Cf. ECA, 1990).

A partir da consolidação do ECA foram elaboradas políticas mais direcionadas a garantia dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes. Porém a concretização do ECA não ocorre de forma homogênea.Nos últimos anos pesquisas mostraram estatisticamente que houve melhoras na vida das crianças e adolescentes no Brasil, como: maior acesso ao ensino fundamental, redução de taxas de mortalidade infantil; maior envolvimento do Estado e da sociedade civil em questões relacionadas à violência sexual contra crianças e adolescentes, ao trabalho infantil, aos meninos e meninas em situação de rua; criação de espaços de defesa, promoção e garantia de direitos, criação de conselhos tutelares e de direitos(CONANDA, s.d.). Contudo não significa que não há violação de direitos destas. Há uma quantidade exorbitante de crianças e adolescentes que tem seus direitos violados cotidianamente e isso se dá, em grande parte, devido as disparidades sociais e econômicas na sociedade brasileira.

O Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) elaborou, em 2001, um documento contendo a diretrizes nacionais para a política de atenção integral á infância e a adolescência, chamado Diretrizes Nacionais, que tem o objetivo de direcionar as políticas e ações relacionadas a esse segmento. Segundo o CONANDA as Diretrizes Nacionais são instruções que norteiam as ações no âmbito das políticas sociais e de temas focais direcionarão a organização, a articulação, o desenvolvimento e a avaliação de programas realizados pelo Estado e pela sociedade.

Tais diretrizes são o resultado de análises de diversos estudos de características locais que interferem nas condições para a concretização da atenção à criança e ao adolescente.

Dentro da Educação as diretrizes são:

- 1 – Garantir a qualidade do ensino público;
- 2 – Implantar a universalização do ensino público desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, assegurando a educação básica para jovens e adultos.

Na Saúde:

1 – Garantir uma política de saúde pública de acesso universal e igualitário, nos aspectos da promoção, proteção e recuperação da saúde de crianças e adolescentes.

Na Assistência Social:

1 – Garantir uma política nacional de assistência social que tenha a família como foco central da atenção, que assegure os mínimos sociais às famílias pobres, promovendo o acesso de todos os seus membros às demais políticas sociais básicas;

2 – Garantir uma política nacional de apoio à juventude que promova o protagonismo infanto-juvenil no aspecto da cidadania.

A Política de Assistência Social tem como ponto central a família, inclusive para trabalhar com a situação de pobreza, as crianças e adolescentes. Segundo a Secretaria Nacional de Assistência Social

Esta ênfase está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de assistência social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de assistência social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos. (Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004, p. 35, *apud* ALMEIDA *et al.*, 2008, p.73)

Seria necessária uma política econômica diferenciada da que se tem hoje no Brasil para se alcançar a sustentabilidade dessas famílias, porém o que ocorre é a responsabilização das políticas sociais e dos indivíduos para a situação atual delas. A sociedade brasileira está carregada de uma visão neoliberal, o que mascara as reais causas dos acontecimentos, impossibilitando que os indivíduos as enxerguem.

Na cultura, esporte e lazer:

1 – Garantir uma política nacional de cultura, esporte e lazer para crianças e adolescentes de caráter universal, que contemple a integração regional e valorização da cultura local;

3 – Assegurar apoio financeiro da União e do Estado aos Municípios para a promoção de atividades culturais, esportivas e de lazer destinadas à criança e ao adolescente.

Nas ações especiais:

a) Proteção especial, violência sexual e trabalho:

1 – Garantir uma política nacional de promoção de direitos para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social;

2– Garantir a implantação do plano nacional de enfrentamento de violência sexual infanto-juvenil;



3 – Garantir uma política de erradicação do trabalho infantil e de proteção do trabalho do adolescente.

b) Medidas Socioeducativas

1 – Garantir a implantação de uma política de atendimento aos adolescentes autores de ato infracional, em todas as modalidades das medidas socioeducativas e em todas as esferas do governo.

Nos Conselhos Tutelares, Conselhos de Direito e Fundos

1 – Garantir a implantação e devido funcionamento dos Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares, conforme determina o ECA, em todo território nacional;

4 – Garantir a criação e a consolidação do Fundo nas esferas nacional, estadual e municipal.

Nos Mecanismos de Exigibilidade de Direitos:

1 – Garantir a criação e o funcionamento adequado dos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.

Há três eixos temáticos nos quais os projetos sociais direcionados às crianças e aos adolescentes são encaixados, são: medidas socioeducativas, mecanismos de exigibilidade de direitos e ações especiais.

As medidas socioeducativas devem ter como objetivo a reinserção social do adolescente que cometeu o ato infracional. A estrutura física e pedagógica da instituição devem seguir a perspectiva de garantia de direitos trazida pelo ECA. As medidas socioeducativas são: prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e internação.

Os mecanismos de exigibilidade de direitos fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) na dimensão “defesa”, que deve estar articulada com as outras dimensões, promoção e controle. As instituições que estão nessa dimensão tem como objetivos cessar a violação de direitos e responsabilizar o seu autor, e as principais são: Conselho Tutelar (CT), centros de defesa, órgãos da segurança pública, Ministério Público, Poder Judiciário e Defensoria Pública. Dentre os projetos nessa área se encontram as seguintes ações: implementação/ampliação do sistema de informação para a infância e a adolescência (Sipia), estruturação do Ministério Público e assistência jurídica a adolescentes por meio de Centros de Defesa.

As ações especiais são programas/projetos na área da assistência social direcionados à população que se encontra em situação de vulnerabilidade social ou risco efetivo, com seus direitos violados ou ameaçados (ALMEIDA *et al.*, 2008). Estão na dimensão “promoção” do SGD, seguindo duas linhas de intervenção: combate à violência sexual e combate à violência nas escolas.

Em 1998, ocorreu um encontro, em Salvador (BA), com mais de 60 entidades, movimentos sociais, organizações não governamentais e governamentais atuantes nas áreas de prevenção e combate às violências sexuais contra crianças e adolescentes. Nesse encontro foi sugerido pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia (Cedeca/BA) a criação de um Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-juvenil. Seu objetivo era atrair a mídia e mobilizar a sociedade para o enfrentamento dessa questão. Estabeleceu-se o dia 18 de maio, dia da morte da menina Araceli, que foi sequestrada, drogada, violentada e morta por pessoas influentes, de famílias importantes no estado Espírito Santo. Tal caso teve grande repercussão, envolveu corrupção, desaparecimento e morte de testemunhas, porém os assassinos não foram punidos (Cf. CFESS, 2014).

Em 2000, na cidade de Natal, foi elaborado o “Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil” e homologado pelo CONANDA. Esse plano traz uma série de ações articuladas que visam investigar cientificamente o tema, garantir o atendimento especializado à criança e ao adolescente em situação de violência consumada, promover ações preventivas, fortalecer o sistema de defesa e de responsabilização e fortalecimento do protagonismo juvenil. Há seis eixos estratégicos: análise da situação, mobilização e articulação, defesa e responsabilização, atendimento, prevenção e protagonismo infanto-juvenil (ALMEIDA *et al.*, 2008).

Este plano tem como objetivo principal é a ordenação e a articulação dos principais sujeitos que trabalham com a criança e o/a adolescente vulneráveis à violência sexual, e o estabelecimento de um conjunto de ações articuladas, que permitam intervenção técnica, política e financeira para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Além do Plano Nacional, os estados e muitos municípios elaboram os seus planos estaduais e/ou municipais, respectivamente, o que favoreceu o enfrentamento deste tipo de violência. (CFESS, 2014, p. 196)

No âmbito do combate à violência das escolas tem-se como referência o programa nacional “Paz nas Escolas”, seguindo cinco linhas de ação: mobilização social, ampliação das ações da sociedade complementares à escola, construção de uma nova relação política-escola, difusão do tema “paz nas escolas”, e produção de conhecimentos e informações.

A partir desse entendimento de criança e adolescente como sujeitos de direitos e da adesão ao princípio da proteção integral tem-se alterações na forma como se deve tratar esse segmento. Porém é necessário que esses pressupostos sejam colocados em prática, concretizados nas políticas públicas de maneira que levem em consideração as peculiaridades desses indivíduos e atendam às suas necessidades.

## Capítulo 2: População em Situação de Rua

### 2.1 – Quem é a população em situação de rua no Brasil?

O fenômeno da população em situação de rua é multideterminado e está intimamente ligado à consolidação do modo de produção capitalista, que por sua essência gera uma população “excedente” para garantir a acumulação do capital, que está vinculada a geração de pobreza e desigualdades sociais.

Como uma expressão radical da questão social contemporânea, a população em situação de rua caracteriza-se como um fenômeno antigo, multideterminado, inerente à sociedade capitalista, cujas pessoas atingidas sofrem profundos preconceitos e discriminação (CFESS Manifesta, 2011,s.p.).

Sendo assim, esse fenômeno é uma das expressões da questão social, resultado de uma sociedade na qual aparentemente “não há espaço” e mercado de trabalho para todos, onde as desigualdades econômicas e sociais são gritantes, de forma que uma parte é posta à margem das condições necessárias para sua sobrevivência de maneira digna.

O fenômeno da população em situação de rua não é algo recente, nem é exclusivo do Brasil. É inerente ao desenvolvimento do capitalismo e teve sua origem nas sociedades pré-industriais da Europa, inserido na acumulação primitiva, que expulsou os camponeses de suas terras e não os absorveu na indústria, causando um pauperismo generalizado na Europa Ocidental, ao final do século XVIII(SILVA, s.d.). Para que a sociedade capitalista se mantenha é necessário que exista desigualdade e superexploração.

Tal fenômeno é intensificado na sociedade capitalista, porém não se resume apenas a esse determinante. Existem outros fatores que colaboram para seu acontecimento, fatores estruturais, biográficos e da natureza ou desastres de massas, sendo os fatores estruturais os principais causadores. Há uma profunda relação entre o local (cidade, estado etc.) onde a população em situação de rua está e suas formações, condições e estratégias de sobrevivência, as características do meio variam bastante de acordo com as regiões e interferem diretamente nesses e em outros pontos. Assim, o

espaço urbano interfere significativamente nos grupos que se formam na rua – nos tipos de agrupamento, nas possibilidades de fixação, nas atividades de subsistência que podem ser realizadas, - e, em contrapartida os moradores de rua marcam o tecido urbano. (SCOREL *apud* SILVA , 2010, p. 8)

No Brasil, esse processo se deu com as primeiras formações urbanas, no final do século XIX, começando com as práticas higienistas que retiravam os pobres de suas casas e trabalhos nas zonas centrais com o objetivo de deixar apenas a elite naquele local. Hoje, é

perceptível a grande quantidade de pessoas em situação de rua, principalmente nos grandes centros urbanos. Em Brasília verifica-se esse fenômeno de maneira explícita e peculiar.

A capital nasceu com o objetivo declarado de promover a igualdade e a fraternidade entre seus habitantes, escondeu a real intenção, qual seja, a de servir ao capital, fechando as portas aos que não podem pagar pelos valores intangíveis de seu alto custo de vida. Viver nas ruas de Brasília, a ‘Capital da Esperança’, ironicamente, significa viver, com sua família inteira, em meio ao lixo, escondido em cerrados e buracos, temendo perseguições, violências e expulsões por parte de uma sociedade extremamente elitista e preconceituosa e por parte de quem mais deveria protegê-los: o Poder Público. (GATTI; PEREIRA, 2011, p. 15 - 6)

A população em situação de rua sofre preconceito diário, sendo estigmatizada pela sociedade e pelo Estado. Acontecem diariamente várias agressões físicas e morais, a essa população, casos de espancamento e até homicídios, em todo o país, que, muitas vezes, são negligenciados e não são punidos. Além dessas agressões diretas, é negado o acesso às políticas públicas, que devido as suas características possuem um caráter excludente quanto à população em situação de rua, não tem acesso ao mínimo necessário para sobreviver com dignidade. Há um enorme descaso quanto à violação dos seus direitos, são colocados à margem da sociedade e culpabilizados pela situação em que se encontram.

A superexposição à violência, seja proveniente de outros moradores de rua, de pessoas da sociedade civil, seja do próprio Estado (que deveria protegê-los), é uma das facetas mais difíceis da vida da população de rua. Por serem considerados *invasores*, estão a mercê do controle repressivo do governo [...] Conclui-se que a violência contra a população de rua é a concretização do preconceito, da discriminação, da ignorância e da intolerância de grandes parcelas da sociedade; preconceito esse que repercute nas instituições de atendimento a esse segmento populacional e na não implementação de políticas sociais pelo Estado. (PEREIRA, 2009, p.91-92)

O fenômeno da população em situação de rua, como tantas outras expressões da questão social, é naturalizado, é visto como algo que acontece independente e não como uma consequência do modo de produção capitalista dessa sociedade. Com isso, não há uma preocupação em buscar soluções, há poucas informações científicas e as políticas sociais não abarcam essa população.

Segundo dados da pesquisa realizada por SILVA (2006), a maioria das pessoas que se encontravam em situação de rua no Brasil eram do sexo masculino (77,87%), em idade economicamente ativa (entre 25 e 55 anos); a maior parte alfabetizada, 70% declarou saber ler e escrever e possuir escolaridade entre a 1ª e a 8ª série do ensino fundamental; vem aumentando o percentual de pessoas com curso superior. A autora verificou que o tempo de permanência nas ruas foi prolongado, pois entre 1995 a 2000 o tempo médio de permanência nas ruas era inferior a um ano e passam, segundo pesquisas, acima de cinco anos, “sugerindo

não só a relação do fenômeno com os efeitos das mudanças no mundo do trabalho, mas também que as pessoas estão envelhecendo nas ruas sem a proteção do Estado por meio de políticas públicas”. Poucos vivem com parentes, apenas 10%. Grande parte, cerca de 72%, tem alguma profissão ou já trabalhou antes de se encontrar em situação de rua, principalmente nas áreas da indústria, serviços, construção civil e ocupação doméstica. São relações marcadas pelo emprego precário ou desemprego prolongado. Na situação de rua, destacam-se as atividades ligadas a carro (lavar, vigiar, etc.) e a atividade de catação de materiais recicláveis, apesar da mendicância ainda aparecer. Ainda segundo a pesquisa, a maioria das pessoas em situação de rua usa, frequentemente, álcool e outras drogas. Sobre esse último dado existem divergências entre algumas pesquisas

Silva concluiu através de pesquisas realizadas em São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte e análise documental de outras fontes, que

associara origem desta população no país à superpopulação relativa excedente às necessidades médias do capital, em suas formas flutuante (trabalhadores dos centros industriais, ora repelidos, ora atraídos pelo mercado), latente (fluxos migratórios de trabalhadores rurais para as cidades) ou estagnada (parte da classe trabalhadora em ocupações irregulares) e notar que suas características e perfil permitem associá-la ao *lumpen-proletariado* (parte da classe trabalhadora no pauperismo, apta ao trabalho, mas não trabalha por não encontrar colocação no mercado) ou, no máximo à superpopulação relativa estagnada. (SILVA, 2006, p. 201)

Na análise de Silva, pode-se inferir que o fenômeno da população em situação de rua no Brasil ganha destaque na segunda metade da década de 1990, mesmo período que ocorreram mudanças bruscas relacionadas ao trabalho no país, com altas taxas de desemprego. Além disso, a população em situação de rua passa a permanecer períodos mais longos nas ruas e não são formuladas políticas públicas, em âmbito federal, para essa população.

A autora sustenta que as consequências das mudanças no mundo do trabalho afetam diretamente a população em situação de rua. Para a autora

o aprofundamento do desemprego e do trabalho precarizado e a consequente expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva; a queda na renda real média dos trabalhadores; a regressividade dos direitos sociais; os limites de abrangência e cobertura das políticas sociais; a elevação dos índices de pobreza e o aprofundamento das desigualdades sociais refletidos no perfil da população em situação de rua explicam a centralidade das relações com o trabalho, desenvolvidas pela população em situação de rua, no conjunto das determinações no fenômeno, no período estudado. (SILVA, 2006, p. 123)

É necessário perceber a heterogeneidade presente na população em situação de rua, são motivos diversos que levam as pessoas a estarem nessa situação, a maneira que sobrevivem não é a mesma, dentre outros fatores. Para que as políticas públicas sejam

realmente eficazes e viáveis é essencial que se analise tal heterogeneidade com o objetivo de identificar e suprir as reais demandas dessa população.

Dentre as políticas públicas, verificou-se que na área da saúde foi criado o Comitê Técnico de Saúde da População em Situação de Rua, instituído pelo Ministério da Saúde (MS) através da Portaria nº 3.305, de 24 de dezembro de 2009. O objetivo do MS é diminuir as iniquidades na área da saúde com base nas condições desfavoráveis da população em situação de rua. Para isso o Comitê tem como função “propor ações que promovam o acesso à atenção à saúde e colaborar com a elaboração, o acompanhamento e a avaliação de ações programáticas do MS voltadas à essa população”. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013, p. 10).

Já na área da assistência social, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) traz em seu artigo 23

Parágrafo único: Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo:

I – às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao art.227 da Constituição Federal e na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990

II – às pessoas que vivem em situação de rua. (LOAS, 1993, s.p)

A LOAS prevê que tais programas sejam criados, porém é preciso que se concretizem de maneira que abarquem as necessidades dessa população. Para isso, é essencial que se conheça a realidade social dessas pessoas e suas especificidades. É importante também que se tenha uma ligação dessas políticas e serviços com a Política Nacional para População em Situação de Rua.

## **2.2– Política Nacional para População em Situação de Rua**

Após o II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, em Brasília, nos dias 17 e 18 de maio de 2009, composto pelo Movimento Nacional de População em Situação de Rua e alguns representantes da sociedade civil, fez-se a Carta Aberta ao Presidente da República que trazia reivindicações ao Governo. Dentre os avanços proporcionados por esse encontro está a criação dos princípios da Política Nacional de População em Situação de Rua e suas diretrizes. Além de debater sobre a Política, tratou-se também da participação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua em atividades ligadas aos movimentos sociais.

Foi a partir desse encontro também que se formulou o conceito de população em situação de rua. O conceito foi oficializado pelo decreto 7053 de 23 de dezembro de 2009, que

institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, caracteriza a população em situação de rua como

o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009, s.p)

O conceito de população em situação de rua não é simples, pois há uma série de relações envolvidas que tornam o termo complexo. Não há como definir sem antes analisar tais relações e o contexto em que estão inseridas, a sociedade capitalista e suas enormes desigualdades econômicas e sociais, a criminalização da pobreza, as políticas sociais ineficientes dentre outros fatores.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade, tem os seguintes princípios e diretrizes:

- I - respeito à dignidade da pessoa humana;
- II - direito à convivência familiar e comunitária;
- III - valorização e respeito à vida e à cidadania;
- IV - atendimento humanizado e universalizado; e
- V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Suas diretrizes estão no artigo 6º, são:

- I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;
- II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;
- III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;
- IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;
- V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;
- VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;
- VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;
- VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e

X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.

Essa política visa que, perante a lei, as pessoas em situação de rua também tenham seus direitos fundamentais respeitados e garantidos, para que sobrevivam de maneira digna. Dentro de seu contexto e peculiaridades, são analisados diversos fatores para proporcionar a dignidade humana, buscando garantir o acesso à saúde, educação, moradia, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança, previdência, trabalho e renda.

### **2.3 – Movimento Nacional de População em Situação de Rua**

Segundo a representante do Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR), o movimento começou a se organizar a partir de um trágico acontecimento ocorrido na Praça da Sé. Em agosto de 2004, houve uma série de “assassinatos” nesse local, que ficou conhecida como a “Chacina da Sé”, no qual várias pessoas em situação de rua foram brutalmente agredidas e assassinadas. Tal acontecimento teve repercussão nacional e fez com que pessoas em situação de rua juntamente com pessoas que já as apoiavam, ligadas às pastorais, Cáritas e a própria comunidade, se organizassem e iniciassem a formação do movimento. A princípio o Movimento foi formado por pessoas dos estados de Minas Gerais e São Paulo.

Em 2005, aconteceu o I Encontro de População de Rua, no Distrito Federal, partindo de uma pesquisa realizada pela professora e pesquisadora Maria Lúcia Lopes de Silva, da Universidade de Brasília (UnB). Após sediar o encontro, o DF se juntou aos estados que iniciaram a organização do Movimento. A partir desse encontro, o MNPR foi se articulando e ganhando espaço nos outros estados.

O MNPR elaborou seus princípios para que houvesse um direcionamento mais claro nas suas ações. Os princípios são: escuta as bases, democracia direta, ação direta, ser apartidário, apoio mútuo, solidariedade com as causas sociais, não violência, honestidade e transparência, compromisso pessoal, igualdade, justiça e controle social.

A formação de um movimento social mais organizado possibilitou o alcance de conquistas pela população em situação de rua, uma delas é a mudança da nomenclatura que faz referência à essas pessoas. O termo situação de rua substitui os nomes pejorativos que



tanto estigmatizam essa população. É utilizado “para delimitar as trajetórias (idas e vindas) e enfraquecer a ideia predominante (e pejorativa) de que se trata de pessoas de rua, que não têm outra característica senão o fato de pertencer às ruas da cidade”(GIRGETTE *apud* GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL, 2008, p.4).

O movimento busca a conquista de espaços de lutas, espaços onde as pessoas em situação de rua possam colocar suas necessidades, ideias e reivindicações.

[...] a população de rua vem de forma lenta constituindo seus espaços de luta, através de manifestações em protesto pela falta de moradia, de emprego. Em vez de mendigo, indigente, maloqueiro, denominações como sofrendores de rua, povo da rua, começaram a substituir a identidade estigmatizada de caído, criando condições para que esses indivíduos se vejam como grupo social e não apenas como fracassados solidários, únicos responsáveis por sua situação, e para que possam ser vistos não como clientes, carentes, mas como sujeitos, com direito à cidadania(Vieira, Bezerra & Rosa *apud* GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL, 2008, p.4).

A população em situação de rua vem conquistando espaços, que ainda não são suficientes para ter suas reivindicações atendidas, mas que mostra que o movimento articulado com outros setores da sociedade pode dar voz a essas pessoas que são esquecidas e colocadas a margem.O Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua é um dos espaços onde o movimento tem voz e pode colocar a situação em que essas pessoas se encontram e o que precisam. Esses encontros são constituídos por representantes do MNPR e de outros movimentos sociais, além de representantes de algumas secretarias do governo. Espaços como esse devem ser incentivados e fortalecidos para que se tenha embasamento na elaboração e fiscalização das políticas públicas.

O MNPR também teve papel fundamental, juntamente com o Movimento de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), na implantação do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH/PSR/CMR), em 2011. Esse centro está vinculado a Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) e tem como objetivo ser referência na defesa dos direitos humanos desse segmento, garantindo que seus direitos fundamentais como cidadãos sejam concretizados. Além da parceria com a SDH, o MNPR e o MNCR, tem parceria com a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social (CIMOS), Ministério Público de Minas Gerais (MP/MG), a Pastoral Nacional do Povo da Rua (PPR) e a Conferência Nacional dos Bispos (CNBB).

O CNDDH/PSR/CMR está organizado em três eixos: enfrentamento às violações, sistematização de dados e produção de conhecimento e atividades de formação. Tais eixos visam o acesso à justiça. Levando em consideração a população em situação de rua sofre com

a violação de muitos dos seus direitos, torna-se de grande importância a existência de um espaço como esse, que dá suporte jurídico na busca pela investigação e responsabilização dos crimes, aliados à reivindicação e construção de políticas que garantam os direitos dessa população. Além disso, o CNDDH/PSR/CMR produz artigos, notas públicas, campanhas socioeducativas e divulga seus relatórios, com objetivo de melhorar a relação da população em situação de rua com o restante da sociedade.

O MNPR é um forte elemento na luta pela efetivação dos direitos da população em situação de rua, pois traz de uma forma organizada as necessidades negligenciadas e as constantes violações que esse segmento sofre. Porém não é suficiente apenas que se tenha voz, é necessário também que a sociedade e o Estado escutem essa voz. Ocorrem fóruns e debates sobre os assuntos relacionados à essa população, no entanto, muitas vezes o Estado não se faz presente ou não dá os encaminhamentos necessários.

## **2.4 - População em Situação de Rua do Distrito Federal**

A Pesquisa sobre a População em Situação de Rua do Distrito Federal, realizada pelo projeto “Renovando a Cidadania”, parceria entre o Programa Providência de Elevação da Renda Familiar e pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), traz informações relevantes sobre essa população.

A pesquisa realizou o mapeamento das áreas de concentração da população em situação de rua do DF. Essa ação demandou grande esforço da equipe, pois não há dados concretos suficientes nas instituições públicas, como a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (Sedest) e suas unidades e as administrações regionais. Portanto, tal pesquisa teve que recorrer a estudos realizados anteriormente e novas observações feitas por pesquisadores da própria equipe.

Durante a pesquisa foram encontradas 319 crianças, 221 adolescentes e 1972 adultos, totalizando 2512 pessoas em situação de rua no DF. Desse total, 1597 responderam ao questionário elaborado pelos pesquisadores. A maior parte dessa população é do sexo masculino (74,6%); 40,2% são pardos<sup>2</sup>, 40,4% negros e 16,5% brancos. Com relação aos adultos, a maior concentração está em Águas Claras<sup>3</sup> (27%), logo depois Brasília (25,1%) e

---

<sup>2</sup> As pesquisas realizadas em 2009 e 2011 utilizam as nomenclaturas pardos e negros separadamente.

<sup>3</sup> A concentração de população em situação de rua em Águas Claras deve-se ao fato de estar localizado nessa região o Albergue Conviver.

Taguatinga (10,7%). Foram divididos nos seguintes grupos etários: 31 a 40 anos (30,2%), 22 a 30 anos (29,4%), 41 a 50 anos (20%) e pessoas idosas, acima de 60 anos (4,2%).

A maioria dos adultos veio de outros estados à procura de trabalho para conseguir melhores condições de vida e em suas cidades de origem não se encontravam em situação de rua. Um dos grandes problemas encontrados na população pesquisada foi a falta de documentos, identidade, título de eleitor e carteira de trabalho, fato que dificulta o acesso às políticas públicas e os exclui da qualidade de cidadãos.

O uso de drogas é frequente entre os adultos em situação de rua, sendo as mais comuns o cigarro, o álcool, a maconha e o crack. Vários fatores contribuem para que isso ocorra, tais como frio, fome, medo, o preconceito e discriminação sofridos por esses indivíduos dentre outros.

Ao contrário do que grande parte da sociedade acredita, a taxa de analfabetismo entre os adultos que estão em situação de rua não é alta, 81,9% declara saber ler e 82,2% saber escrever, a maioria possui apenas o ensino fundamental incompleto. Ao migrarem para o DF interromperam seus estudos por vários motivos, dentre eles está a impossibilidade de fazer a matrícula na escola por não ter um endereço fixo (10,3%). O método contraceptivo mais utilizado é a camisinha / preservativo (51%).

Mais da metade dos participantes da pesquisa trabalharam com carteira assinada antes de estarem em situação de rua, porém atualmente a grande maioria encontra-se inserida no mercado informal, sem carteira assinada. E possuem renda entre R\$300,00 e R\$600,00.

Novamente contrariando o senso comum, 76,4% dos adultos em situação de rua, atualmente, não tem acesso a nenhuma política social. Os que tem acesso utilizam os restaurantes comunitários (19,8%), recebem os benefícios do Bolsa Família (15,2%), aposentadoria (6,8%) e 4,6% recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Outro estudo que caracteriza a população em situação de rua em Brasília, feito por Pereira (2009) traz algumas especificidades dessa população. São elas: higiene e exposição a doenças, violência na rua, para sobreviver nas ruas de Brasília é preciso permanecer escondido, predominância de famílias e o trabalho como forma de sobrevivência na rua. A autora destaca que essa população é heterogênea, há diferenças entre as circunstâncias que levavam os indivíduos a situação de rua, na forma como sobrevivem, dentre outros. Além disso, conclui que o ponto comum entre eles é a situação de extrema pobreza, fazendo da rua seu local de sobrevivência e sendo expostos aos mesmos perigos e condições subumanas de vida.

Para tornar a sua pesquisa viável, a autora teve que definir quem seria a população em situação de rua em Brasília e dividiu em três grupos. O primeiro é composto por pessoas ou famílias que residem nas cidades satélites, no entorno do DF ou em cidades de estados vizinhos, como Bahia e Minas Gerais, e que em épocas comemorativas montam barracos nas ruas da cidade com o intuito de receber doações. Na maioria das vezes, quando essas datas passam, eles retornam ao seu local de origem. Na maioria das vezes montam seus acampamentos em lugares visíveis e não se preocupam com as ações de erradicação de invasões do GDF. O segundo grupo é formado por pessoas que moram fora do Plano Piloto, que vem à Brasília para trabalhar ou conseguir outras formas de sustento. Porém não possuem condições financeiras de se locomover todos os dias até suas casas, então dormem a maior parte da semana nas ruas e quando podem vão até suas casas. E o terceiro grupo é constituído por pessoas que vivem e trabalham nas ruas da capital. Essas pessoas procuram lugares mais afastados para construir seus barracos, distante principalmente do Governo. A autora trata, em sua pesquisa, o segundo e o terceiro grupo como população em situação de rua (PEREIRA, 2009).

Em seu estudo Pereira traz alguns depoimentos dos próprios indivíduos que se encontram nessa situação. Tais depoimentos possibilitam um melhor entendimento sobre as suas reais condições de sobrevivência, ou a ausência delas. Verificou-se que o Estado além de não prover condições mínimas de sobrevivência dessa população, muitas vezes acaba com o pouco que conquistaram.

Apesar de estarem cadastrados nos Programas de Assistência Social do Governo do Distrito Federal, há três anos as únicas visitas que recebem é a da polícia, no meio da noite, procurando drogas, e do Serviço Integrado de Vigilância do Solo (SIV-Solo), que os expulsa do local. (PEREIRA, 2009, p.80)

Segundo depoimentos coletados na pesquisa, a população em situação de rua teme mais o Sistema Integrado de Vigilância do Uso do Solo (SIV-Solo)<sup>4</sup> que os traficantes e viciados. Pois o SIV-Solo destrói os barracos, levam seus bens, seus animais e suas crianças. Depois disso é necessário reconstruir suas vidas, sem auxílio governamental, e sem as coisas e pessoas que tinham. Pereira (2009) traz relatos de um ex-funcionário do serviço que fala sobre a diferença de tratamento com os invasores de acordo com o seu poder econômico. Segundo esse ex-funcionário, quando os invasores possuem renda mais alta, recebem intimações solicitando a saída do local, e quando não são atendidas, iniciam a erradicação. No caso dos mais pobres não há aviso prévio, os SIV-Solo vai até o local acompanhado de profissionais do

---

<sup>4</sup>SIV-Solo é um programa, vinculado a Secretaria de Segurança Pública, que visa prevenir, controlar e erradicar invasões no DF.

SOS Criança, Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), assistentes sociais, representantes da administração da região da invasão e Polícia Militar. Relatos de moradores acrescentam o fato de existir violência durante a remoção, além de terem seus bens levados - documentos, alimentos, roupas, dinheiro – sem a possibilidade de reavê-los.

Os assistentes sociais presentes durante a remoção fazem o cadastro dos invasores nos programas sociais e oferecem algumas possibilidades: ir para o albergue ou casa de passagem; obter passagens para retornarem aos seus locais de origem; ou entrar com o pedido de lote (Cf. PEREIRA, 2009). Tais alternativas não atendem às necessidades desses indivíduos, assim eles voltam a reconstruir seus barracos no mesmo local, ou nas proximidades dele.

Apesar de todas as dificuldades, violações de direitos e descaso sofridos na capital, as pessoas que participaram da entrevista não tem vontade de voltar para seus locais de origem, pois acreditam que a vida lá será ainda pior.

O que mais tenho medo é de perder a vida na mão de algum marginal. Eu não mexo com ninguém. O povo da rua não mexe com ninguém. A gente briga entre si, quando bebe, mas fazer maldade pros outros, assaltar, isso não! A gente tem é medo de sofrer isso aí. (Seu Inácio *apud* PEREIRA, 2009, p. 88)

Tais dados permitem analisar o quanto essa população está colocada a margem da sociedade e, assim, desprotegidas socialmente. As políticas sociais não a abarca, fato que é contraditório, pois esse segmento se encontra em situação de vulnerabilidade e deveria ser alvo prioritário dessas políticas que, por sua vez, deveriam atender às suas necessidades e proporcionar ao menos os direitos básicos para um ser humano viver com dignidade.

## Capítulo 3: Crianças e Adolescentes em Situação de Rua à margem da sociedade

### 3.1 – Soma de vulnerabilidades

As crianças e adolescentes representam um segmento vulnerável da sociedade, e quando se encontram em situação de rua essa vulnerabilidade é potencializada.

A situação de vulnerabilidade que acompanha a trajetória das crianças e adolescentes em situação de rua se torna explícita quando se questiona os motivos que as levaram a tal situação. De uma forma geral, a vulnerabilidade, das crianças e adolescentes e suas famílias, se revela na violência cotidiana a que estão submetidas (GONTIJO, 2007, p.24).

Independente de classe social, as crianças e adolescentes não respondem por si sós perante a sociedade, estão sob a responsabilidade do Estado, da família e da sociedade, esse fato já as torna vulneráveis. A rua expõe esses indivíduos a uma série de condições inadequadas como exploração sexual, agressões físicas e psicológicas, violação dos seus corpos e de sua dignidade humana, falta de acesso à alimentação, educação, saúde, lazer, muitas vezes não tem onde e como se abrigarem do frio e da chuva, dentre outras situações que intensificam essa vulnerabilidade.

Dessa forma, entendemos que a vulnerabilidade está ligada à fragilidade, no caso desse trabalho, a fragilidade perante o Estado, à sociedade, à fragilidade das relações sociais que envolvem esse sujeito.

“A vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupos sociais refere-se à maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou o controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade”. (MTE, p. 14)

É importante destacar que as crianças e adolescentes que se encontram em situação de rua também não formam um grupo homogêneo, as causas que as levam para a rua são diferentes e as formas de sobrevivência também. É possível verificar através das pesquisas feitas anteriormente e dos dados coletados nas entrevistas, que existe uma parte delas que continuam junto à família, mantendo o vínculo familiar, e outra parte que foi para a rua rompendo esses vínculos. A presença ou ausência desse vínculo pode intensificar ainda mais a vulnerabilidade desses sujeitos e é um fator determinante que afeta a maneira como irão sobreviver nas ruas e como serão as suas relações sociais.

A família configura-se como um dos aspectos que compõe o eixo da inserção relacional na determinação da forma de existência social de suas crianças e adolescentes. A situação de miséria e pobreza extremas a que estão submetidas milhares de famílias brasileiras as inscrevem na zona de vulnerabilidade [...] (GONTIJO, 2007, p.20)

A família tem papel fundamental na formação moral, cultural e social desses sujeitos que estão em desenvolvimento. As relações sociais construídas nesse meio refletem nas relações sociais com os outros indivíduos, com a sociedade no geral. A partir do momento que o vínculo familiar é rompido ou afetado, as relações sociais que envolvem esse sujeito são fragilizadas.

O artigo 2 da parte 1 da Convenção sobre os Direitos da Criança traz o seguinte

1. Os Estados Partes respeitarão os direitos enunciados na presente Convenção e assegurarão sua aplicação a cada criança sujeita à sua jurisdição, sem distinção alguma, independentemente de raça, cor, sexo, idioma, crença, opinião política ou de outra índole, origem nacional, étnica ou social, posição econômica, deficiências físicas, nascimento ou qualquer outra condição da criança, de seus pais ou de seus representantes legais.
2. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar a proteção da criança contra toda forma de discriminação ou castigo por causa da condição, das atividades, das opiniões manifestadas ou das crenças de seus pais, representantes legais ou familiares. (Convenção sobre os Direitos da Criança, Decreto nº99.710, 1990)

É dever do Estado, da família e da sociedade cuidar desses sujeitos. Porém o que ocorre é uma relação de medo e repressão, onde as crianças e adolescentes são agredidos e tem seus direitos negados. Existem conflitos, por exemplo, com a segurança pública, que muitas vezes age de maneira violenta e agressiva, há relatos de agressões físicas e morais, violência sexual, drogadição forçada, e até mesmo homicídios. Outro exemplo de relação conturbada é com um órgão bastante temido pela população em situação de rua, o Conselho Tutelar. Em depoimentos colhidos em pesquisas, verifica-se o receio que tal órgão retire suas crianças e adolescentes por estarem em situação de extrema pobreza e na rua. Porém, quando isso acontece, ocorre a violação de um dos direitos fundamentais contidos no ECA, o direito a convivência familiar. Há um choque entre a situação de vulnerabilidade a qual a criança ou adolescente está sendo exposta e a violação de um de seus direitos fundamentais.

Levando em consideração essa soma de vulnerabilidades que envolvem as crianças e adolescentes em situação de rua, esses sujeitos deveriam ser alvo prioritário das políticas e serviços públicos. As políticas públicas existem, porém sua execução é falha e não ocorre como deveria, existindo divergências entre a teoria e a prática e um processo de precarização e terceirização dos serviços. Além disso, é preciso que exista integralidade entre as políticas, pois muitas vezes, devido as suas condicionalidades e exigências, excluem pessoas que necessitam delas.

Existe uma exclusão social<sup>5</sup>, negação de direitos, falta de acesso aos serviços. Cabe destacar a fala de Gontijo (2007, p.14) “Atualmente, a existência de crianças e adolescentes em um contexto de abandono, miséria e violência extrema reflete uma das faces mais marcantes do processo de exclusão social vivenciado pela população brasileira”.

### **3.2 – A capital da desigualdade social**

O Brasil é um país rico! É muito comum ouvir essa afirmação, porém é possível afirmar que o Brasil é em parte rico, uma pequena parte, na qual se concentra essa riqueza. A má distribuição da renda é perceptível e afeta grande parte da população, uns mais que outros, e as desigualdades sociais são gritantes.

No Brasil, a pobreza nunca foi considerada prioridade governamental. Seu enfrentamento sempre esteve condicionado à existência de recursos disponíveis. E como, de acordo com os governos, esses recursos sempre são escassos, as medidas adotadas para o seu equacionamento são precárias e emergenciais. Entretanto, vale notar que a escassez de recursos para o combate à pobreza decorre, como foi dito acima, de prioridades políticas estabelecidas [...] além da alegada falta de recursos, o financiamento de programas sociais no Brasil também é caracterizado pela imprecisão conceitual, insuficiência, dispersão entre áreas, pulverização e má gestão. (PEREIRA, 2009, p.101)

O DF possui o melhor índice de desenvolvimento humano do país, porém não representa uma exceção quando o assunto é desigualdade social.

Segundo a pesquisa realizada em 2011, foram encontradas 319 crianças em situação de rua no Distrito Federal, das quais 264 responderam à pesquisa. Dessas crianças 51% são meninos e 49% meninas; 51,9% pardas, 32,6% negras e 15,5% brancas. A maioria delas encontra-se concentrada em Água Claras (39,8%) e em Brasília (27,2%). Essa concentração em Águas Claras deve-se ao fato de estar localizado nessa região o Albergue Conviver (Albercon) – único albergue governamental para pessoas em situação de rua do DF e que recebe crianças acompanhadas por seus responsáveis. Verificou-se que a maior parte delas, 66%, brincam enquanto estão na rua, 8,9% estudam, apenas 3,5% afirmaram trabalhar e 0,8% pedem esmolas; 88,7% passam a maior parte do tempo com familiares e 61,4% admiram seus familiares; 88,3% encontram-se na rua durante o dia.

---

<sup>5</sup> A exclusão social, vista como um processo de rupturas sucessivas dos laços sociais traz em si a ideia de uma trajetória de ruptura de laços que vinculam o indivíduo ao trabalho e às relações comunitárias e familiares. Este processo culmina na solidão, isolamento e estigma do indivíduo e na ameaça de coesão social. Estes indivíduos se caracterizam pelo não pertencimento a grupos sociais e não participação nas dimensões sociais da vida humana. Por outro lado, a coesão social é ameaçada uma vez que grupos são vistos como desnecessários e passíveis de eliminação, ameaçando as instituições democráticas, o que pode levar a ingovernabilidade social. (GONTIJO, 2007, p. 15)



Com relação aos adolescentes, foram encontrados 221 nas ruas e instituições de acolhida, dos quais 127 responderam a pesquisa. Desse total 65,9% do sexo masculino e 34,1% feminino; 46,7% eram pardos, 44,3% negros e 9% brancos. A área de maior concentração é Brasília, 39% (sendo a asa norte o principal ponto com 30,1%), seguida de Águas Claras, 22,8%, e Ceilândia, 8,9%. Apenas 37,9% das famílias desses adolescentes tem ou aluga algum tipo de moradia, 62,1% não tem ou não aluga casa, assim a maior parte deles permanece nas ruas diuturnamente. A maioria deles é do DF, 48,8%, 15,7% da Bahia e 13,2% de Goiás; 53,7% sempre moraram no DF e 46,3% já moraram em outros estados. 73,9% não possuem companheiro(a) fixo e 78,1 não possuem filhos. Quanto a escolaridade, a taxa de analfabetismo se mostrou baixa, 88% afirmaram saber ler e 92,8% saber escrever bem ou com dificuldades; 86,4% possui somente o ensino fundamental incompleto e 59,5% está matriculado na escola; dentre os principais motivos para o abandono da escola estão: falta de interesse, 28,6%, ausência de comprovante de residência, documentos pessoais, transporte para a escola e vagas, 17,3%, cuidar dos filhos, 11,4%, expulsão da escola, 8,6%, porque prefere ficar na rua 8,6%. A pesquisa destaca a ausência de oferta de cursos extracurriculares no DF para adolescentes em situação de rua, 86,9% não fazem nenhum curso; dos que fazem, 50% fazem cursos na área de esportes, 18,8% de informática, 18,8% cursos profissionalizantes e 12,5% cursos de artes.

Observando esses dados, verificou-se que a maioria das crianças e adolescentes em situação de rua é parda ou negra, que se concentram em Águas Claras e Brasília, regiões de alto poder aquisitivo no DF. A maior parte deles se encontra na rua diuturnamente. Mais da metade dos adolescentes entrevistados está matriculado na escola, porém o índice de abandono é alto.

Em Brasília, existe a Escola de Meninos e Meninas do Parque, localizada no Parque da Cidade. Essa escola é direcionada para crianças e adolescentes em situação de rua e possui uma pedagogia voltada para esses indivíduos. Porém é necessário analisar que essas crianças e adolescentes possuem uma série de outros direitos sendo violados concomitantemente, fatos que não propiciam, nem facilitam a permanência deles nas escolas.

Outra dificuldade, percebida na fala da representante do MNPR, que esses sujeitos encontram é o acesso à saúde, o atendimento em postos de saúde, pois geralmente exigem comprovante de residência. Além disso, destaca que muitas pessoas ainda não tem a consciência de que o acesso à saúde é um direito de todos. Algumas pessoas levam o endereço e o telefone do Centro Pop, mas alguns postos se recusam a aceitar, fato que dificulta e, as vezes, impede o acesso às consultas e aos tratamentos. Outro ponto citado é que os

funcionários do Centro Pop entram em greve com frequência, o que também dificulta esse contato com os centros de saúde. Assim, algumas pessoas pegam endereços de outras pessoas que moram próximo para dar como referência.

Há o Consultório na Rua<sup>6</sup> e um Posto de Saúde referenciado para a população em situação de rua, localizado na asa norte, porém não é o suficiente. E quanto ao atendimento no setor de emergência dos hospitais, existe o receio de serem encaminhadas para abrigos.

No caso das crianças, a situação não é diferente. Estas preferem não ir para os hospitais porque correm o risco de não voltar para a companhia de sua família. Geralmente, funcionários dos hospitais, ao receberem meninos ou meninas de rua, telefonam para instituições de abrigamento infantil do Governo, como o SOS criança, e as crianças são levadas para lá. Conforme relatos, mesmo que as crianças estejam, acompanhadas de seus pais, correm o risco de terem que sair do hospital direto para abrigos ou albergues. (PEREIRA, 2009, p.91)

Foi possível analisar, por meio das entrevistas realizadas, que enquanto se encontram em situação de rua, as crianças e adolescentes não tem seus direitos fundamentais garantidos. Além das dificuldades já citadas, é possível destacar a negação do direito a dignidade, liberdade e respeito, à cultura, ao esporte e ao lazer. Como afirmou a representante do MNPR, existem políticas que garantem esses direitos, porém, na prática, pouco se vê desses direitos.

Leal (2012) faz uma análise da trajetória social de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual, através de sua pesquisa realizada na rodoviária do Plano Piloto e no Setor Comercial. Esses locais tem elevada quantidade de pessoas circulando diariamente e é perceptível o número relevante de crianças e adolescentes em situação de rua. A autora destaca a importância de se ouvir os sujeitos, pois em sua visão, são capazes de expor e analisar sua situação. Para isso foi necessário que a equipe de pesquisa se aproximasse dos adolescentes e criasse um vínculo de confiança, para que realmente pudessem entender a sua realidade.

Através das análises trazidas por Leal (2012) é possível concluir que para entender a situação de exploração sexual desses sujeitos é necessária uma compreensão mais ampla da realidade social destes e de todas as violências e explorações associadas. Esse processo é essencial para que as políticas e serviços alcancem de fato esses sujeitos.

A trajetória histórica de (des)proteção e opressão evidenciada pelos estudos situacionais demonstra o insucesso da ação das instituições e põe em xeque a noção de intervenção de redes das políticas sociais do DF.

Estas constatações mostraram o tecido tenso e contraditório por onde operam as políticas públicas do Governo do Distrito Federal. (LEAL, 2012, p.189)

---

<sup>6</sup>O consultório de rua é formado por uma equipe multiprofissional itinerante que visa à saúde integral da população em situação de rua.

Profissionais da Casa Santo André relataram que em reunião com os moradores de uma quadra da Asa Sul, foram acusados de não estarem fazendo seu trabalho da forma correta, pois a quadra continuava com muitas pessoas na ruas. Para os moradores, as equipes deveriam fazer a retirada dessas pessoas. Os profissionais informaram que não trabalham com a retirada compulsória de pessoas em situação de rua, mas com uma construção conjunta com essas pessoas que possibilite a decisão delas mesmas em sair das ruas. A partir dessa decisão, a equipe faz os encaminhamentos necessários para os abrigos.

Existem críticas quanto a atuação dos serviços sociais públicos, que se tornam uma ferramenta de retirada da população pobre do centro, pois isso incomoda o restante da população que vive na capital. O motivo do incômodo não são as condições precárias de sobrevivência dessas pessoas, mas estarem por perto, próximos aos blocos residenciais, aos estabelecimentos comerciais dentre outros. Um fato que retrata isso é a questão da localidade dos abrigos, estes deveriam estar no centro, em locais acessíveis, porém, geralmente, estão em locais mais afastados. Assim se retira da vista da sociedade o problema que a incomoda, intensificando o processo de invisibilização desses sujeitos.

### **3.3 - Invisibilidade: a realidade das crianças e adolescentes em situação de rua**

Segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, invisibilidade significa “qualidade de invisível”, e invisível “é o que não se ver ou não pode ser visto”. Este é um conceito mais geral da palavra, mas Sales traz uma análise mais profunda.

A luz de Sales (2007), em seu livro “(in)visibilidade perversa adolescentes infratores como metáfora da violência”, existe uma ligação entre invisibilidade e visibilidade perversa. A invisibilidade proporciona a visibilidade perversa e a visibilidade perversa causa a invisibilidade, formando assim um ciclo vicioso. Se invisibiliza as causas e se visibiliza as consequências de uma maneira perversa, pois não se analisa o contexto dos fatos, tem-se uma visão parcial de uma parte enquanto o restante fica na obscuridade. No caso das crianças e adolescentes é o que acontece frequentemente. Na visão de Sales define a relação dos indivíduos dentro da esfera pública:

Redemoinho de experiências, ponto de inflexão de existência, parâmetro de condutas, estandarte de modos de vida, os indivíduos vêm e são vistos no âmbito dessa esfera, claro que alguns são dotados do fenômeno social da invisibilidade ou de uma visibilidade perversa. (SALES, 2007, p.104)

Sendo assim, a ação de invisibilizar, nesse caso, está ligada a tornar imperceptível o que não tem importância, ou o que não se quer dar importância. É atribuída uma invisibilidade social aos indivíduos, que deixam de ser sujeitos e tornam-se objetos.

Sales cita um estudo de psicologia sobre invisibilidade pública, que fala sobre os garis em São Paulo. Nesse estudo o autor defende que

a percepção humana é condicionada pela divisão social do trabalho. Por isso, na cena social, os garis desaparecem como atores sociais. É como se eles deixassem de ser pessoas e se tornassem objetos, coisas imperceptíveis. (BRAGA *apud* SALES, 2007, p.104)

Ao acessar pesquisas, visitar instituições que lidam com esse segmento e entrevistar representante do MNPR, foi possível verificar que as crianças e adolescentes em situação de rua são colocados à margem da sociedade. Suas reais condições de sobrevivência se contrapõem aos direitos fundamentais contidos no ECA e tal fato é negligenciado pelo Estado e por grande parte da sociedade.

Verifica-se um processo de higienização em todo o país, e também em Brasília, fato que intensifica a invisibilidade desses indivíduos, pois se retira do centro o que não agrada ver. Nessa ação de higienização cabe destacar o papel da segurança pública que possui uma relação conturbada e violenta (física e psicologicamente) com a população em situação de rua, inclusive com as crianças e adolescentes. E onde está o Estado e a sociedade quando esses fatos acontecem?

Para que as políticas públicas se concretizem é necessário que entendam a realidade social desse segmento, os grupos sociais que estão envolvidos, “captar características imprescindíveis no dinâmico e complexo cenário ‘indivíduo-coletivo’, que envolve valores, ideologias, práticas sociais, regras, normas, morais, etc.” (LEAL, 2012, p.33).

Um serviço que lida diretamente com a população em situação de rua é o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), visando à garantia de direitos. Esse serviço de busca ativa se enquadra nos Serviços de Média Complexidade<sup>7</sup>,

é ofertado de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique nos territórios a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Nessa direção, o serviço oferta atendimento a crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de como forma de moradia e/ou sobrevivência. (MDS,s.d.,s.p.).

---

<sup>7</sup> A Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade oferta atendimento especializado a famílias e indivíduos que vivenciam situações de vulnerabilidade, com direitos violados, geralmente inseridos no núcleo familiar[...] (MDS, s.d., s.p.). Dentre os cinco serviços ofertados, está a abordagem social.

No DF, esse serviço era realizado pelo Núcleo Especializado em Abordagem Social (NUASO). Depois esse núcleo foi desativado e as equipes foram redirecionadas para outros órgãos. Uma parte fundou o Centro Pop Brasília e a outra foi para Taguatinga. Continuaram realizando os serviços de abordagem social, para além dessa atividade, o Centro Pop também consistem em um centro de convivência. Hoje esse serviço é realizado através de um convênio feito entre o Governo e a Casa Santo André. A instituição tem uma meta de atendimento mensal de 2700 pessoas e o critério de atendimento é que a pessoa esteja em situação de rua.

Segundo o MDS “O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover o acesso do indivíduo ou família à rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas, na perspectiva da garantia de direitos” (MDS, s.d.,s.p.).

De acordo com as entrevistas realizadas, a equipe que realizava o trabalho anteriormente não aderiu a essa nova etapa com o convênio, na qual foi oferecida uma capacitação rápida pela SEDEST. Segundo uma profissional da área, a equipe de educadores sociais de rua era multidisciplinar formada por antropólogos, historiadores, assistentes sociais, psicólogos e sociólogos. Entendiam que o tema era muito complexo para que apenas uma especialidade conseguisse abarcá-lo e acreditavam que o treinamento da SEDEST era insuficiente para formar educadores sociais de rua. Além disso, acreditam que a terceirização de um serviço tão complexo quanto esse, reduz a qualidade e a eficiência das ações, e a fiscalização é fragilizada. Essa equipe trabalhava com base no seguinte tripé: o sujeito era entendido como sujeito de direito, sujeito de desejo e sujeito de conhecimento.

Hoje o serviço de abordagem social é realizado através de um convênio com a Casa Santo André, por meio do programa Cidade Acolhedora<sup>8</sup>. A equipe de abordagem social é formada pelo coordenador, com formação em administração, equipe técnica formada por assistente social e psicóloga, e equipe de abordagem: assistente de coordenação (chefe de equipe, preferencialmente com ensino superior – a maioria formando), 2 orientadores (nível médio que preferencialmente tenha vivência em alguma parte da rede) e facilitador (pessoa com ensino fundamental e vivência em situação de rua). Segundo profissionais envolvidos nesse processo atualmente, há formação contínua da equipe através de ações desenvolvidas pelo coordenador e restante da equipe. O serviço está dividido em duas regionais: regional norte (Asa Norte) e regional sul (Ceilândia).

Segundo a SEDEST,

---

<sup>8</sup>Cidade Acolhedora é o conceito que a Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda pretende difundir a partir da ampliação do Serviço de Abordagem Social. (SEDEST, s.d., s.p.).

O Serviço Especializado de Abordagem Social possibilita à população em situação de rua os seguintes benefícios: reinserção familiar e no mercado de trabalho; retorno aos estados de origem; aumento no número de famílias e pessoas atendidas nos serviços de acolhimento; aceitação de tratamento de drogadição na rede de saúde pública e em instituições parceiras; diminuição significativa de pessoas usando o espaço público como moradia e/ou pontos de consumo de drogas; encaminhamento para a rede socioassistencial; acesso à documentação civil; inclusão no Cadastro para Programas Sociais; acesso a benefícios de transferência de renda, entre outros. (SEDESTE, s.p, s.d)

A maior parte da população em situação de rua no DF é composta por homens solteiros. Esse fato faz com que a maioria dos serviços seja focalizado, destinado e direcionado a esse público. Ao questionarmos como a equipe de abordagem social atua para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, os entrevistados nos informam que fazem encaminhamentos para outras instituições, como o CREAS, de acordo com a demanda do usuário. Na nossa percepção, essas ações são mais emergenciais, com o apoio do Conselho Tutelar, e de encaminhamentos para a central de abrigos, na Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (UNAC), localizada em Taguatinga. A UNAC direciona as crianças e adolescentes para os abrigos de acordo com o seu perfil. O coordenador informa que quando a criança ou adolescente mostra interesse em voltar para casa, a equipe faz essa intermediação, porém algumas vezes a própria família não os aceita de volta.

Para conhecer melhor a realidade desses abrigos, foi feita visita e entrevista na Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (UNACAS). A UNACAS recebe adolescentes, entre 14 e 18 anos, egressos da situação de rua. Quando os adolescentes chegam são recebidos pela equipe de acolhimento, que realiza o cadastro e coleta os dados básicos. Depois há o atendimento com a equipe técnica (assistente social ou psicólogo). Há um prontuário de cada adolescente e a equipe se reúne para fazer estudos de caso e analisar quais as melhores ações de acordo com as demandas de cada um. Lá, os adolescentes tem acesso à educação, através da Escola de Meninos e Meninas do Parque – quando estão aptos a ir para uma escola pública comum são encaminhados para elas -, à saúde, tem oficinas pedagógicas no horário contrário das aulas, acompanhamento com psicólogo e assistente social. A educadora social de rua ressalta que o local não é de internação, e sim um abrigo, portanto os adolescentes não são obrigados a permanecer no local. Além disso, a equipe prioriza que os vínculos familiares não sejam totalmente rompidos, somente quando a manutenção desse vínculo prejudica o adolescente e não há outra solução. Dessa forma, é possível verificar que, quando essas crianças e adolescentes estão em abrigos, seus direitos fundamentais tem maior possibilidade de serem garantidos.

Pereira (2009) traz em pesquisa realizada em 2004, informação de que foram encontradas por volta de 850 crianças e adolescentes em abrigos cadastrados na Secretaria de Ação Social do Distrito Federal. Eram 21 abrigos, porém apenas sete eram subsidiados pelo governo. O principal argumento para o encaminhamento desses indivíduos para os abrigos era a situação de risco provocada pela rua. Porém algumas pessoas relataram que as crianças e adolescentes eram levados pelo SOS criança e pela Vara da Infância sem autorização da família. Se no momento da operação de erradicação, realizada pelo SIV-Solo, houvesse crianças ou adolescentes, eram recolhidas e levadas para abrigos. Como condição para o seu retorno é necessário que as famílias obtivessem uma casa para morar, condição essa totalmente inviável para essas famílias que se encontram em situação de rua.

A autora aborda a lógica adotada nos abrigos, segundo entrevista realizada com profissional da área.

Pesquisadora: Quando as crianças são recolhidas à força, os pais não vem aqui querendo os filhos de volta?

Profissional: Tem...tem sim. Tem pai que rouba a criança.

Pesquisadora: Rouba a criança?

Profissional: É. Vem pra visitar, fica ali perto do portão e tchum! Dá no pé com a criança. Em outros casos as crianças fogem (...). Teve um que eu fui buscar na casa da mãe.

Pesquisadora: Porque ele voltou pra casa da mãe...

Profissional: Ele foi...aí eu busquei...

[...]

Pesquisadora: Os pais podem visitar seus filhos aqui?

Profissional: Pode, mas eu aviso: “não pode vir embriagado, noiado, não pode chegar aqui sujo, porque você não vai botar sua filha ou seu filho ao ridículo. (...).

Aqui funciona assim, assim e assado. Se começar a pôr as asinhas de fora, a gente corta! (ENTREVISTA FEITA POR PEREIRA, 2009, p.122-123)

Nesse caso, cabe frisar o capítulo III do ECA que trata do direito à convivência familiar e comunitária, seção I:

Art. 23 – A falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder.

Parágrafo único – Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio. (Brasil, 1990)

Mais uma vez, é possível perceber a contradição entre o que está no ECA e o que acontece na realidade das crianças e adolescentes em situação de rua. A forma como os

serviços públicos atuam vai contra ao que está no estatuto. É de suma importância uma boa e continuada formação dos profissionais que estão inseridos nesses espaços. A educadora social de rua da UNACAS destaca um acontecimento importante, que diz respeito as consequências da formação desses profissionais, a divisão entre os profissionais que trabalham na área de internação. Uma parte rompeu com a carreira, rompendo com a perspectiva socioeducativa, adotando a perspectiva policalesca. Esse fato representa um retrocesso no que diz respeito ao tratamento com as crianças e adolescentes, indo contra o ECA e as políticas sociais públicas.

Ao serem questionados sobre as atuais condições para a garantia dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes em situação de rua, os profissionais da abordagem social falam um pouco sobre a Escola do Parque. Segundo eles, a Escola do Parque é o único ponto, é referenciada para crianças e adolescentes que estão em situação de rua e possui pedagogia e metodologia voltada para esses indivíduos, disponibilizam um ônibus que faz o transporte dos alunos. Porém não basta apenas encaminhar as crianças ou adolescentes para a escola, sem prover as suas outras necessidades, sem trabalhar suas outras particularidades. O próprio cotidiano desses indivíduos não é propício para a sua manutenção na escola (ENTREVISTA EQUIPE ABORDAGEM SOCIAL, 2014). Tais características dificultam o desenvolvimento e a permanência desses indivíduos na escola. É importante destacar que as outras escolas, geralmente, estipulam um padrão de aluno, porém as crianças e adolescentes em situação de rua não se encaixam nesse padrão.

Destacam também que, no caso das crianças ou adolescentes abrigados, primeiramente, deve-se tentar a reintegração à família. Caso não seja possível, ir para adoção com o objetivo de ficar o menor tempo possível nos abrigos.

Além disso, apontam que as políticas públicas existem, porém não existe uma continuidade dessas, elas são interrompidas. Existem políticas públicas assistenciais boas, as propostas são excelentes, porém na hora da execução não funciona. E não é apenas uma questão de estrutura física, é também uma questão de articulação dessa rede. (ENTREVISTA EQUIPE ABORDAGEM SOCIAL, 2014)

Sobre a visão do MNPR sobre as condições das crianças e adolescentes em situação de rua, a representante destaca a situação da família no geral que se encontra em situação de rua, pois a criança e o adolescente estão inseridos nesse contexto. Frisa que existe uma política que diz que crianças e adolescentes tem direito à saúde, à educação, ao lazer etc., mas pouco se vê desses direitos, na prática, quando essas crianças e adolescentes estão em situação de rua.



Cabe destacar alguns questionamentos que a representante fez durante a entrevista, como “Que direito é esse que está acontecendo que ainda tem tantas crianças na rua? Ainda tem vários adolescentes em situação de rua. E a gente fica se perguntando aonde é que esse direito está sendo aplicado?”. Ela acrescenta reflexões sobre como essas condições interferem no futuro das crianças e adolescentes em situação de rua “A gente vê essas crianças sem futuro. Qual é o futuro dessas crianças? Qual é o futuro dessa adolescência?” (REPRESENTANTE MNPR, 2014).

E ao ser questionada sobre a existência de cultura e lazer para as crianças e adolescentes em situação de rua, a representante diz que o lazer e a cultura são os bancos e espaços públicos. E acrescenta que com a reforma da rodoviária, muitos estão sendo expulsos. A representante diz que as crianças e adolescentes não tem acesso ao lazer, ao esporte, aos cursos etc. Ou seja, ficam com a mente vazia, sem ter coisas produtivas e saudáveis para ocupar o seu tempo, além de verem ao seu redor todas as coisas acontecendo com a intenção de fazer mal a elas. “Dizem que violência gera violência! E por a gente acreditar que isso é uma grande violência por parte do Estado...” (REPRESENTANTE MNPR, 2014).

Sobre o trabalho da abordagem social, diz que é mais voltado para a população adulta, que precisa ser ampliado para abarcar toda a população em situação de rua do Distrito Federal. E sobre as ações, medidas e serviços prestados pelo Estado, teoricamente existem programas, porém na realidade das crianças e adolescentes em situação de rua tais programas não se concretizam. Frisa a necessidade de ampliação do espaço direcionado a esse público.

Dentro do MNPR não existem ações voltadas apenas para as crianças e adolescentes em situação de rua, as ações são voltadas para todos. O MNPR está direcionado para área política e destaca que a parte de atuar é de responsabilidade do Estado.

Para a educadora social de rua a situação atual das crianças e adolescentes em situação de rua é de abandono. As políticas são bem formuladas, porém a execução é precária. Do ponto de vista da lei as pessoas em situação de rua não são invisíveis, porém na prática elas são. As políticas existem, porém sua execução é precária. A política é Estadual e deve ser contínua, independente da mudança de governo. A demanda é muito grande para a quantidade de profissionais na área. Maior capacitação e fiscalização da terceirização (EDUCADORA SOCIAL DE RUA UNACAS, 2014).

É possível analisar que há uma deficiência na execução das políticas sociais públicas que resulta nas condições precárias em que se encontram as crianças e adolescentes em situação de rua no DF. Tal deficiência contribui para o processo de invisibilização e

intensifica a vulnerabilidade desses indivíduos que deveriam ser alvo prioritário dos serviços e políticas sociais públicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu da hipótese de que os direitos fundamentais das crianças e adolescentes no DF não são garantidos e que esses sujeitos se tornam invisíveis a partir de um processo de invisibilização perversa, invisibilização proposital. Ao analisar pesquisas feitas anteriormente juntamente às entrevistas realizadas com a representante do MNPR e profissionais da abordagem social e da UNACAS, foi possível confirmar essa hipótese.

Um dos pontos em comum em todas as entrevistas realizadas foi a conclusão de que o ECA representou um grande avanço nas condições de vida das crianças e adolescentes, porém ao tratar das crianças e adolescentes em situação de rua, a execução das políticas não garante os direitos fundamentais destas. Nesse sentido, destacamos que as políticas existem, porém a articulação entre elas não funciona como deveria. É necessário que se ampliem os serviços, que exista integralidade entre as políticas e a rede de atendimento, para que as demandas sejam atendidas levando em consideração as peculiaridades desses sujeitos.

A questão da invisibilidade se dá no fato de crianças e adolescentes sobreviverem em condições precárias, com seus direitos violados, no centro da capital do país, diante de todos, e, ainda assim, não haver medidas que realmente garantam seus direitos fundamentais. Se dá no processo de higienização, que consiste em tirar do centro o que não é bonito aos olhos, o que não significa que os problemas são resolvidos, apenas que não estão mais ali naquele lugar onde todos podiam ver. Se dá quando crianças e adolescentes em situação de rua são agredidos física e moralmente pela sociedade e por órgãos do próprio Estado. Se dá quando os abrigos estão em locais de difícil acesso. Se dá quando esses sujeitos são estigmatizados como “pivetes”, “trombadinhas”, dentre outros, e não são analisadas as circunstâncias em que sobrevivem. Se dá quando as políticas públicas existem, mas não há concretização delas. Se dá quando todos percebem a situação em que estão, mas ninguém a transforma.

Durante a pesquisa houve grande dificuldade para chegar até as instituições onde ocorreram as entrevistas. No início as entrevistas seriam realizadas em algumas das instituições que funcionavam no Edifício Turing, que ficava localizado ao lado da Rodoviária do Plano Piloto, porém o prédio foi esvaziado, reformado e transformado em um terminal de ônibus. No edifício não havia nenhuma informação quanto ao local para onde as instituições foram transferidas. Ao me dirigir ao CREAS, na L2 sul, não souberam informar exatamente onde estão essas instituições, algumas, como o NUDIM, estão funcionando atrás do CREAS, e, segundo a equipe da abordagem social, outras estão na 515 norte, mas também não sabem informar quais. Tal fato dificulta também o atendimento aos usuários que já sabiam onde

encontrar essas instituições, e caso precisassem de atendimento em mais de uma, o acesso às outras era fácil, pois ficavam localizadas no mesmo prédio.

É importante destacar que com a contrarreforma do Estado as políticas sociais sofreram alterações que ressoam até os dias atuais. Fatos como a focalização dessas políticas, o pouco investimento do Estado nessa área, a terceirização e mercantilização dos serviços, dentre outros. Nota-se, portanto, que embora existam as políticas sociais, estas não são alvo prioritário do Governo, e como consequência disso tem-se políticas focalizadas e seletivas com o objetivo de apenas amenizar determinadas situações.

Em suma, foi possível concluir que as crianças e adolescentes em situação de rua no DF não tem seus direitos fundamentais garantidos efetivamente, que os serviços são insuficientes e precarizados e as políticas sociais públicas não se concretizam. Além disso, sofrem um processo de invisibilização que, consequentemente, intensifica os problemas vivenciados e retarda as soluções.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely Souza de. *et al.* **Da Avaliação de Programas Sociais à Constituição de Políticas Públicas: A Área da Criança e do Adolescente.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008

ANDRADE, Carla Coelho de; AQUINO, Luseni Maria C. de; CASTRO, Jorge Abrahão. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil.** Brasília: Ipea, 2009.

Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos da Criança.** Genebra: ONU, 1959.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2011.

BRANCO, Paulo Gustavo Gunet. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. In **Curso de Direito Constitucional.** Brasília: Editora Saraiva, 6ª edição, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília: 2009.

BRASIL. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990.** Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. 1990.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Infância e à Adolescência.** Disponível em: [http://mp.pr.gov.br/cpca/telas/ca\\_12\\_junho\\_3\\_22.php](http://mp.pr.gov.br/cpca/telas/ca_12_junho_3_22.php). Acessado em maio de 2014.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Infância e à Adolescência.** Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/Conanda/diretrizes2.htm>. Acessado em junho de 2014.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. 1993. Disponível em <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/legislacao/legislacao-federal/LOAS.pdf>. Acessado em julho de 2014.

BRASIL. **População em situação de rua**. Disponível em <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/populacao-de-rua/populacao-em-situacao-de-rua>. Acessado em maio de 2014.

CFESS. **CFESS MANIFESTA Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014)**. Brasília: CFESS, 2014.

CFESS. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**. 10ª Edição. Texto aprovado em 13/03/1993, com alterações introduzidas pelas resoluções CFESS nº 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Disponível em [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf).

CFESS. **CFESS Manifesta 1º Congresso Nacional do Movimento de População de Rua**. Brasília: CFESS, 2011.

CNDH. **Cartilha Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis**. Brasília: CNCD, s.d.

CONANDA. **Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Infância e Adolescência**. Disponível em [http://www.oei.es/inicial/politica/diretrizes\\_atencion\\_infantil\\_brasil.pdf](http://www.oei.es/inicial/politica/diretrizes_atencion_infantil_brasil.pdf). Acessado em maio de 2014

DESLANDES, Suely Ferreira. *et al.* Desenvolvimento de paradigma de proteção para crianças e adolescentes brasileiros. In. **Teoria e Prática dos Conselhos Tutelares e Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro – RJ: Fundação Oswaldo Cruz/Educação à Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2009.

GATTI, Bruna Papaiz; PEREIRA, Camila Potyara. **Projeto Renovando a Cidadania: pesquisa sobre a população em situação de rua do Distrito Federal**. Brasília: Gráfica Executiva, 2011.

GEHLEN, Ivaldo. SCHUCH, Patrice. “A Situação de Rua para além de determinismos: Explorações conceituais”. In **A Rua em Movimento: Debates a cerca da população adulta**

**em situação de rua na cidade de Porto Alegre.** Disponível em [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu\\_doc/a\\_rua\\_em\\_movimento.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/a_rua_em_movimento.pdf)

GOLLO, Bianca Schubert. **Código de Menores de 1927.** Disponível em <http://www.gramadosite.com.br/cgi/cultura/variedades/bianca/id:8984/xcoluna:1/xautor:1/leia/page:3/>. Acessado em abril de 2014.

GOLLO, Bianca Schubert. **Código de Menores de 1979.** Disponível em <http://www.gramadosite.com.br/cultura/autor:bianca/id:9765/xcoluna:1/xautor:1>. Acessado em abril de 2014.

GONTIJO, Daniela Tavares. **Adolescentes com experiência de vida nas ruas: compreendendo os significados da Maternidade e Paternidade em contexto de vulnerabilidade/desfiliação.** Goiânia: 2007. Tese apresentada ao Programa Multiinstitucional de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (UnB/UFG/UFMS).

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL. **Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua.** Brasília: MDS, 2008.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **A Trajetória Social da Criança e do(a) Adolescente em Situação de Exploração Sexual na Rodoviária e no Setor Comercial Sul de Brasília.** Brasília: UnB, 2012.

MARCÍLIO, Maria Luíza. “A roda dos Expostos e a criança abandonada na história do Brasil 1726-1950” In **História Social da Infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2011

MNPR. **Carta de Princípios do MNPR.** Aprovada no I Congresso Nacional de População em Situação de Rua. Salvador: 2012.

MDS. **Serviço Especializado em Abordagem Social.** Disponível em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/mediacomplexidade/servico-especializado-em-abordagem-social>. Acessado em julho de 2014.

MDS. **II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua.** Disponível em <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/assistencia-social/ii-encontro-nacional-sobre-populacao-em-situacao-de-rua>. Acessado em janeiro de 2014.

**MDS. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua para Consulta Pública.** Brasília, 2004. Disponível em [http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/versao\\_da\\_pnpr\\_para\\_consulta\\_publica.pdf](http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/versao_da_pnpr_para_consulta_publica.pdf).

Acessado em junho de 2014.

**MDS. Relatório I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua.** Brasília, Disponível em <http://www.mds.gov.br/biblioteca/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-de-informacao-sagi/livros/relatorio-do-i-encontro-nacional-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua>. Acessado em junho de 2014.

**MDS. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.** Disponível em <http://www.mds.gov.br/biblioteca/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-de-informacao-sagi/livros/relatorio-do-i-encontro-nacional-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua>. Acessado em junho de 2014.

**MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha: Políticas de Promoção da Equidade em Saúde.** Brasília: MS, 2013.

**MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha: Saúde da População em Situação de Rua uma questão de equidade.** Brasília: MS.

**MTE. Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social.** Disponível em: [http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BA6D0B28801EE/sumario\\_2009\\_TEXTOV1.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BA6D0B28801EE/sumario_2009_TEXTOV1.pdf). Acessado em julho de 2014.

**NUCEPEC-UFC, Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança. Infância e Adolescência em Discussão.** Fortaleza: NUCEPEC UFC/CBIA, 1994.

**OLIVEIRA, Cleide de Fátima Galiza de. Se essa Rua Fosse Minha: Um Estudo Sobre a Trajetória e Vivência dos Meninos de Rua do Recife.** Recife: Fund. J. Nabuco, 1989.

**OLIVEIRA, Rodrigo Ferreira. A contra-reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica.** Revista Urutaguá – acadêmica multidisciplinar – DCS/UEM, 2011.

**PEREIRA, Camila Potyara. Rua sem saída. Um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília.** Brasília: Ícone Gráfica e Editora, 2009.

**PINTO, Alexandre Guimarães Galvão. Direitos Fundamentais – Legítimas Prerrogativas de Liberdade, Igualdade e Dignidade.** Rio de Janeiro: 2009. Disponível em



[http://www.tjrj.jus.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=ae67daf5-7ca9-408c-93b6-b58186a81197](http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=ae67daf5-7ca9-408c-93b6-b58186a81197). Acessado em setembro de 2013.

PORFÍRIO, Fernando. **Crime na rua: STJ analisará chacina de moradores de rua de SP**. Disponível em <http://www.uniaoplanetaria.org.br/direitoshumanos/seus-direitos/direitos-dos-moradores-de-rua/>. Acessado em junho de 2014.

PUTTINI, Marcelo Staciari. **Jovens e Vulnerabilidades: Um estudo sobre a exclusão social entre os jovens de Santa Maria – DF**. Brasília, 2004. Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da UnB.

SALES, Mione Apolinario. **(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Cleide Maria dos. **Crianças e Adolescentes: Uma Questão de Visibilidade**. In. **Infância e Adolescência em Discussão**. Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre as Crianças (NUCEPEC – UFC). Fortaleza: NUCEPEC, 2004.

SEDEST. **Cidade Acolhedora: Serviço Especializado em Abordagem Social**. Disponível em <http://www.sedest.df.gov.br/publico-alvo/familias/item/2588--cidadeacolhedora-%E2%80%93-servi%C3%A7o-especializado-de-abordagem-social.html>. Acessado em julho de 2014.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno População em Situação de Rua no Brasil 1995-2005**. Brasília, 2006. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **A população em situação de rua no Brasil e a luta por políticas públicas ao seu alcance**. 2010. Texto.

SILVA, Pedro Henrique Carinhato. **As políticas sociais no contexto da reforma do Estado no Brasil**. Acessado em <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/pedrohenrique.pdf>. Acessado em agosto de 2014.

SOUZA, Tainara de Jesus. **O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a Conquista dos Direitos: o marco do Movimento Social em prol da garantia dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.** III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: Expressões socioculturais da crise do capital e as implicações para a garantia dos direitos sociais e para o Serviço Social. Belo Horizonte. Acessado em <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/O%20MOVIMENTO%20NACIONAL%20DE%20MENINOS%20E%20MENINAS%20DE%20RUA%20E%20A%20CONQUISTA%20DOS%20DIREITOS.pdf>. Acessado em julho de 2014.

## APÊNDICE A

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Você está sendo convidada (o) a participar do Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social “A Invisibilidade das Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: Um Contraponto com os Direitos Fundamentais contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente”. Este trabalho visa analisar as políticas e serviços sociais direcionados às crianças e adolescentes em situação de rua, verificando se estes garantem seus direitos fundamentais.

Ao participar deste estudo você permitirá que a pesquisadora utilize seu depoimento para fins acadêmicos, considerando o sigilo de sua identidade. Você pode se recusar ou deixar de participar em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Caso deseje, poderá pedir mais informações ligando para a pesquisadora. Nenhum benefício direto ou despesa decorrente da sua contribuição estão previstos, porém, este estudo contribuirá para a compreensão sobre as condições das crianças e adolescentes em situação de rua. Os resultados das pesquisas serão incluídos no Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social.

Se não houver dúvida, preencha, por favor, os itens que se seguem:

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Recebi cópia deste termo de consentimento, autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo para fins acadêmicos.

---

Nome do Participante da Pesquisa

---

E-mail do participante

---

Assinatura do Participante da Pesquisa

---

Pesquisadora

## **APÊNDICE B**

### **Instrumento de coleta de dados: Roteiro para entrevista com representante do Movimento Nacional de População em Situação de Rua**

Nome:

Idade:

Sexo:

1 - O que é o Movimento Nacional de População em Situação de Rua? Como conheceu o MNPR?

2 - Como o Movimento entende a condição das crianças e adolescentes em situação de rua?

3 – Como é a rotina das crianças e adolescentes em situação de rua? O que eles fazem durante o dia?

4 – Como fazem quando precisam acessar algum serviço de saúde? (levando em consideração que o atendimento nos postos de saúde exige comprovante de residência)

5 – Eles têm acesso à educação? Lazer e cultura?

6 – Quais são as ações, serviços e medidas tomadas pelo Governo direcionadas às crianças e adolescentes?

7 – Dentro do Movimento, quais são as propostas relacionadas às crianças e adolescentes?

## **APÊNDICE C**

### **Instrumento de coleta de dados: Roteiro de entrevista com os profissionais de instituições que atuam com crianças e adolescentes em situação de rua**

#### **Perfil**

1. Nome:
2. Idade:
3. Sexo:

#### **Dados Profissionais**

- 1 – Instituição de formação:
- 2 – Ano de formação:
- 3 – Possui pós-graduação, mestrado ou doutorado?
- 4 – Qual instituição trabalha?
- 5 – Há quanto tempo trabalha na instituição?
- 6 – Jornada de trabalho:
- 7 – Experiências profissionais:

#### **Entrevista**

- 1 – Quais são os serviços fornecidos pela instituição que atendem à população em situação de rua?
- 2 – E quais são os serviços fornecidos pela instituição que atendem especialmente as crianças e adolescentes em situação de rua?
- 3 – Quantos usuários são atendidos diariamente?
- 4 – Quais são os critérios para atendimento?
- 5 – Como é feito o atendimento? Individual ou com a família? Em uma sala específica?

6 – Como percebe as condições de vida das crianças e adolescentes em situação de rua atualmente?

7 – Quais são os principais direitos das crianças e adolescentes que são garantidos pelos serviços prestados pela instituição?

8 – Você acredita que as políticas e serviços públicos destinados a elas são suficientes e/ou conseguem garantir seus direitos fundamentais?

9 – Se não, quais são as dificuldades e desafios dessas políticas e serviços públicos para garantir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, na sua compreensão?